

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 075/2023
Data: 03/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
HARMONIZAÇÃO DE CONFLITOS NO SETOR PORTUÁRIO NACIONAL	4
SANTOS OBTÉM ÁREA PORTUÁRIA E OBRAS DO PARQUE VALONGO SERÃO ENTREGUES EM JULHO DE 2024.....	5
NAVIO QUE DERRAMOU ÓLEO NO MAR TEM OPERAÇÕES LIBERADAS NO PORTO DE SANTOS	6
UTILIZA MUITO O PIX? FIQUE ATENTO QUE PAGAMENTO ELETRÔNICO GANHARÁ NOVOS RECURSOS DE SEGURANÇA	7
MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA	8
CONJUNTURA GLOBAL É TEMA DO FIEPE INTERNACIONAL, HOJE, ÀS 18H	8
MONDELEZ AMPLIA FÁBRICA EM PERNAMBUCO PARA ATINGIR META GLOBAL ATÉ 2030	9
CCJ DA ALEPE APROVA RECURSOS PARA INVESTIMENTO EM PERNAMBUCO	10
ANÚNCIOS DAS TAXAS DE JUROS NO BRASIL E EUA DEIXAM MERCADO EM ALERTA	11
SENADO APROVA PROJETO QUE REGULAMENTA PRATICAGEM	13
MESMO COM QUEDA NA INFLAÇÃO E SEM ALTA NO PREÇO DO DIESEL, SETOR DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA AINDA PRECISA DE REFORMAS.....	14
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	16
ANTAQ DISPONIBILIZA RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2022.....	16
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	17
GRUPOS DE TRABALHO VÃO DISCUTIR SOLUÇÕES PARA CONTRATOS INADIMPLENTES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	17
REVITALIZAÇÃO DE PASSARELA NA BR 230/PB PERMITIRÁ TRAVESSIA MAIS SEGURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE (PB).....	18
MÁRCIO FRANÇA ASSINA CESSÃO DE PARTE DA ÁREA DO PORTO DE SANTOS À PREFEITURA	18
DÉCIMA EDIÇÃO DO MAIO AMARELO REFORÇA LUTA POR UM TRÂNSITO MAIS SEGURO	19
BE NEWS – BRASIL EXPORT	20
EDITORIAL – CAMPANHA PELA VIDA	20
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	20
Rodovias 1	20
Rodovias 2	21
Nova direção.....	21
Transição 1	21
Transição 2	21
NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CAMPANHA PARA UM TRÂNSITO MAIS SEGURO	21
NACIONAL - CONTA DE LUZ CONTINUARÁ SEM COBRANÇAS ADICIONAIS NO MÊS DE MAIO	22
NACIONAL - LIVE DEBATE TECNOLOGIA NO SETOR PORTUÁRIO E EXEMPLOS DE HUBS NO MUNDO	22
REGIÃO SUDESTE - ITAGUAÍ APOSTA EM MAIOR EFICIÊNCIA COM NOVOS CALADOS OPERACIONAIS DE 18,3 M.....	24
REGIÃO SUDESTE - FALHA DE ABASTECIMENTO CAUSA VAZAMENTO DE COMBUSTÍVEL NO PORTO DE SANTOS.....	24
REGIÃO SUDESTE - VELEIRO THE MAIDEN FACTOR CHEGA AO PORTO DE SANTOS.....	26
PORTO DE SANTOS - PREFEITURA PROMETE PARQUE VALONGO PARA JULHO DO ANO QUE VEM	26
REGIÃO SUDESTE - MUDANÇA DE LOCAL DO TERMINAL DE PASSAGEIROS É A PRÓXIMA META DO GOVERNO EM SANTOS. 28	
REGIÃO NORTE - ARGENTINA, COLÔMBIA E EUA SÃO PRINCIPAIS DESTINOS DAS MOTOS PRODUZIDAS EM MANAUS.....	29
OPINIÃO – DIREITO - CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONVENÇÃO Nº 185 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SUA APLICAÇÃO AO TRABALHO DOS TRIPULANTES ESTRANGEIROS	30
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	33
SENADO APROVA PROJETO QUE REGULAMENTA PRATICAGEM.....	33
LUCRO DA BUNGE SUPERA EXPECTATIVAS COM FORTE DEMANDA POR ALIMENTOS E BIOCOMBUSTÍVEIS	34
VENDAS DE VEÍCULOS TÊM ALTA DE 9,2% EM ABRIL	35
BRASIL AUMENTA SUPERÁVIT COMERCIAL EM ABRIL.....	35
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	36
MINAS E ENERGIA ESTUDA COMO REVOGAR CONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIA DE TÉRMICAS A GÁS NATURAL.....	36
GOVERNO QUER CONTRAPARTIDA SOCIAL PARA RENOVAR CONCESSÕES DE ENERGIA	37
TOLMASQUIM: PETROBRAS AVALIA PRIORIZAR GÁS PARA A INDÚSTRIA	39
GRANDE DESAFIO DA PETROBRAS SERÁ TORNAR OS SEUS PRODUTOS MAIS VERDES, DIZ MAURÍCIO TOLMASQUIM.....	40
JORNAL O GLOBO – RJ.....	42
APÓS ENCONTRO COM LIRA, HADDAD DIZ QUE 'ESPINHA DORSAL' DO ARCABOUÇO FISCAL ESTÁ ALINHADA.....	42
RELATOR DA LDO VÊ 'ÂNSIA ARRECADATÓRIA' DO GOVERNO COM MP QUE PREVÊ TRIBUTAÇÃO DE PARAÍSO FISCAIS	43



MINISTRO DEFENDE REVER CONTRATAÇÃO DE TERMELÉTRICAS PREVISTA NA LEI DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS	44
ARTHUR LIRA DIZ QUE RELATÓRIO DO ARCABOUÇO FISCAL VAI SER DIVULGADO NESTA QUARTA-FEIRA	44
PONTE AÉREA JACAREPAGUÁ-CONGONHAS DA AZUL BATE RECORDE DE OCUPAÇÃO COM RIO WEB SUMMIT	45
O QUE A ARGENTINA OFERECE AO BRASIL PARA LIBERAR AS LINHAS DE FINANCIAMENTO À IMPORTAÇÃO.....	45
QUESTIONADO SOBRE MST, MINISTRO DA AGRICULTURA DIZ QUE NÃO HÁ 'SENTIDO TER INVASÃO DE TERRAS' DURANTE O GOVERNO LULA.....	47
'NÃO ME PARECE O FIM DO MUNDO USAR ITAIPU PARA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA', DIZ DIRETOR-GERAL DA ESTATAL.....	47
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	50
CENÁRIO DE JUROS ALTOS ALIMENTA TEMOR DE MAIS CHOQUES NO SISTEMA BANCÁRIO DOS EUA.....	50
MINORITÁRIOS DA CSN VÃO À JUSTIÇA PARA ANULAR VOTAÇÃO DO CONSELHO	51
LULA DIZ QUE VAI FALAR COM FMI PARA TIRAR 'A FACA DO PESCOÇO' DA ARGENTINA.....	53
ANP AUTORIZA PETROBRAS A RETOMAR PRODUÇÃO EM SEIS UNIDADES NO POLO BAHIA DA TERRA	55
VALOR ECONÔMICO (SP).....	56
REGRAS DA UE IMPULSIONAM TECNOLOGIA DE RASTREAMENTO	56
VALE RECEBERÁ US\$ 67,9 MILHÕES PELA VENDA DE PARTICIPAÇÃO NA MRN PARA CONTROLADA DA HYDRO	57
OTAN ABRIRÁ ESCRITÓRIO NO JAPÃO, APROFUNDANDO ENVOLVIMENTO INDO-PACÍFICO	58
GERDAU TEM OPERAÇÃO RESILIENTE NA AMÉRICA DO NORTE, MAS RENTABILIDADE PREOCUPA NO BRASIL.....	60
G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	61
GOVERNO OFICIALIZA RETORNO DA EXIGÊNCIA DE VISTO PARA TURISTAS DOS EUA, CANADÁ, AUSTRÁLIA E JAPÃO	61
LULA RECEBE FERNÁNDEZ NO PALÁCIO DA ALVORADA PARA DISCUTIR FINANCIAMENTO ÀS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS....	62
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	63
PL QUE REGULAMENTA PRATICAGEM É APROVADO NO SENADO E SEGUE PARA CÂMARA.....	63
PORTO SUDESTE TEM NOVO CALADO HOMOLOGADO	64
ARRECADAÇÃO DO AFRMM TOTALIZOU R\$ 897 MILHÕES NO 1º TRIMESTRE.....	65
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	66
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	67



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

HARMONIZAÇÃO DE CONFLITOS NO SETOR PORTUÁRIO NACIONAL

Agência busca adotar soluções alternativas para a resolução de conflitos

Por: Flávia Takafashi



Foto: Ministério da Infraestrutura

Um dos objetivos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) é harmonizar os objetivos de usuários, empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, além de entidades delegadas do setor aquaviário nacional, arbitrando conflitos de interesses e impedindo situações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica. Ao longo dos anos, a agência tem aperfeiçoado o tratamento do tema e buscado adotar soluções alternativas para a resolução de conflitos, pois

entende que essas medidas podem ser mais eficientes e potencialmente mais rápidas e mais adequadas para a resolução das disputas entre os regulados.

No âmbito dos contratos de concessão e arrendamento, a inclusão de cláusulas de resolução de conflitos tem se mostrado uma prática efetiva na redução de litígios e no fortalecimento da segurança jurídica. Por meio dessas cláusulas, é possível prever a solução de possíveis conflitos de forma mais ágil e eficaz, garantindo a continuidade do serviço prestado e a preservação dos interesses de todas as partes envolvidas.

No Brasil, do ponto de vista legal, a Lei de Concessões (Lei Federal 8.987/95) e a Lei de Arbitragem (Lei Federal 9.307/96) já incluíam a possibilidade de utilização de cláusulas de resolução de conflitos em contratos desde a sua criação, na década de 1990. No entanto, a utilização da arbitragem em contratos de arrendamento portuário, permitindo que as partes possam escolher a arbitragem como um meio eficaz de solução de conflitos, só passou a ser prevista após a promulgação da Lei dos Porto, em 2013.

Desde então, o poder público tem aprimorado as cláusulas de arbitragem nos contratos com a previsão de mecanismos mais modernos e menos onerosos para a solução das disputas entre poder concedente e concessionárias, como é o exemplo dos dispute boards, também chamados comitês de resolução de conflitos. Os comitês de resolução de conflitos são compostos por especialistas nas áreas relacionadas ao contrato em questão, que atuam como mediadores ou árbitros em caso de disputas entre as partes. Eles são responsáveis por ouvir as partes envolvidas, analisar as evidências apresentadas e emitir uma decisão final, que deve ser acatada pelas partes.

A utilização desse mecanismo pode ajudar a fortalecer a relação entre as partes e a evitar conflitos mais graves no futuro. Ele surgiu entre as décadas de 1960 e 1970 nos EUA, no entanto, a utilização de dispute boards em contratos de concessão e arrendamento no âmbito de órgãos reguladores, como a Antaq, começou a se popularizar após a recomendação do Banco Mundial de inclusão da ferramenta em projetos de grande porte, em 1995. Mais recentemente, a nova Lei de Licitações também passou a prever a utilização dessa ferramenta de solução de controvérsias.

A prática tem se difundido em diversos setores da economia, como construção civil, infraestrutura, energia e telecomunicações e vem sendo utilizada pela Antaq como forma de garantir a eficiência na gestão portuária e a construção de um ambiente de negócios mais seguro e confiável para as empresas que atuam no setor. Na esfera regulatória, a Agência também tem buscado mais

previsibilidade, uniformidade e segurança jurídica com relação à harmonização de conflitos entre os regulados.

Como medida para harmonizar as atividades das diversas autoridades atuantes nos portos organizados e nas instalações portuárias exploradas mediante autorização, bem como analisar questões relacionadas à arbitragem de conflitos, a Antaq vem regulamentando o procedimento para a resolução administrativa de conflitos. A regulação da agência tem o objetivo de definir e padronizar os procedimentos administrativos para harmonizar conflitos de interesse entre os agentes que atuam nos setores regulados pela Antaq, prevendo soluções diligentes.

Seja pela espera legal ou pela esfera regulatória, a solução alternativa de conflitos no setor de infraestrutura precisa ser cada vez mais implementada e fortalecida. Celeridade, segurança e acurácia nas decisões são fatores importantes para manter a saúde de contratos de longo prazo que recebem durante seu curso uma soma vultosa de investimentos. Quanto mais consolidada a utilização de técnicas de harmonização de conflitos no setor aquaviário, mais segurança jurídica haverá para a implementação dos projetos e mais fomento haverá para o desenvolvimento do setor.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 03/05/2023

SANTOS OBTÉM ÁREA PORTUÁRIA E OBRAS DO PARQUE VALONGO SERÃO ENTREGUES EM JULHO DE 2024

Revitalização da área dos armazéns 4 ao 6 receberá R\$ 15 milhões de empresa internacional e mais R\$ 20 milhões da União

Por: Bárbara Farias



O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, o presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, e o prefeito de Santos, Rogério Santos, assinaram o contrato de cessão da área dos armazéns 5 e 6, nesta manhã, na Associação Comercial de Santos
Foto: Vanessa Rodrigues/AT

O Parque Valongo - projeto de revitalização das áreas dos armazéns 4, 5 e 6, em Santos - será entregue em julho de 2024. O anúncio foi feito pelo prefeito de Santos, Rogério Santos (PSDB), nesta terça-feira (2), na Associação Comercial de Santos (ACS). A Autoridade Portuária de Santos (APS) e a Administração Municipal assinaram o contrato de cessão de uso gratuito da área entre os armazéns 5 e 6, que não existem mais, onde haverá uma área aberta com vista para o mar.

O projeto já tem R\$ 15 milhões garantidos, de uma empresa internacional que será anunciada em duas semanas. Outros R\$ 20 milhões serão repassados pelo Governo Federal. Participaram do evento o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França; o presidente da APS, Anderson Pomini; o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Frente Parlamentar Mista de Portos e Aeroportos, deputado federal Paulo Alexandre Barbosa (PSDB), entre outras autoridades.

“É um novo equipamento turístico para a Cidade. Os recursos já estão garantidos por meio de uma parceria, de uma lei municipal, aonde uma empresa privada aportará os recursos de R\$ 15 milhões e reconstruirá o Armazém 4 e as casas de pedra”, afirmou Rogério.

O prefeito disse que a área poderá ter também “playground, fontes interativas, possivelmente uma roda gigante, um espaço cultural e turístico para o desenvolvimento da nossa região e do Centro Histórico de Santos”. No entanto, ele não revelou o nome da companhia que destinará recursos ao empreendimento. “Ainda não podemos falar, vamos assinar esse compromisso daqui a 15 dias. É

uma empresa internacional. O CEO virá ao Brasil, exclusivamente, para assinar esse documento e pediu sigilo”.

O ministro Márcio França destacou que a cessão de 14 mil metros da área portuária para a Prefeitura de Santos ocorreu por meio de uma parceria com o Ministério Público de São Paulo (MP-SP). "Vamos fazer uma intervenção importante que será uma praça, que era o sonho de todo mundo, que as pessoas pudessem ver o navio, trazer os seus filhos”.

França se refere ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), elaborado pela APS e técnicos da Secretaria de Assuntos Portuários e Emprego de Santos e formalizado pelo MP-SP, em março. O termo estabelece a destinação da área referente aos armazéns 4 ao 7 para o Parque Valongo, desmembrando a área dos armazéns 1 ao 3, que abrigará o futuro Terminal Marítimo de Passageiros. Já o trecho referente ao Armazém 7 continua sob gestão da APS, mas para entrega a universidades.

Segundo o ministro, o Governo Federal deverá investir perto de R\$ 20 milhões no Parque Valongo. Já o presidente da APS, Anderson Pomini, ratificou a posição do ministro, enfatizando que a prioridade da Autoridade Portuária é a relação Porto-Cidades. Um dos mais otimistas em relação ao avanço do polo turístico na zona portuária do Valongo é o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi.

“Hoje, a integração Porto-Cidade é importantíssima para o desenvolvimento da Cidade e do Porto de Santos. A gente dá o primeiro passo com a cessão desse espaço, no Valongo. A gente consegue tirar do papel projetos antigos, de quase 100 anos, anseios de todo cidadão santista”.

Por sua vez, Barbosa disse que “o que estamos fazendo aqui é uma entrega concreta dos armazéns e, nos próximos dias, ocorrerá o anúncio da empresa que fará a obra. Vamos ter obra começando nesse ano e a primeira etapa sendo entregue no ano que vem, em 2024”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/05/2023

NAVIO QUE DERRAMOU ÓLEO NO MAR TEM OPERAÇÕES LIBERADAS NO PORTO DE SANTOS

Após vistoria de Ibama e Cetesb, Autoridade Portuária liberou embarcação

Por: Anderson Firmino e Daniel Gois



Derrame do bunker ocorreu durante o abastecimento, por volta da 0h45 de terça-feira, no cais dos Armazéns 20/21, no Paquetá Foto: Reprodução

O navio que derramou óleo no mar foi liberado para a continuidade das operações no final da tarde desta terça-feira (2) no Porto de Santos. De acordo com a Autoridade Portuária de Santos (APS), após vistoria conjunta com equipes do Ibama e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a embarcação foi liberada.

O vazamento de óleo mobilizou autoridades durante esta terça-feira (2). O navio Pride, de bandeira das Ilhas Marshall e que está atracado no terminal da Copersucar, localizado na Margem Direita do cais, derramou ao menos 200 litros de óleo.

Segundo o Ibama, outros 150 litros permaneceram no navio, que estava com a barreira de contenção posicionada devido à ocorrência. O Ibama explica que também houve a limpeza do casco da embarcação, que está no porto santista para movimentação de açúcar a granel.

De acordo com a APS, o derrame do bunker (óleo combustível de navios) ocorreu durante o abastecimento, por volta da 0h45 de terça-feira, no cais dos Armazéns 20/21, no Paquetá. Imediatamente, a empresa responsável pelo abastecimento iniciou o reforço da contenção, com a colocação de cercos preventivos e barreiras absorventes.

À Reportagem, a Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP) informa que foi acionada pela agência de navegação do Pride, a William Serviços Marítimos. Um inquérito administrativo será instaurado para apurar as causas e possíveis responsáveis pelo acidente. A CPSP disponibiliza à população o telefone 185 para denúncias e emergências náuticas.

Em nota, a Copersucar informa que "a responsabilidade pela contingência é exclusiva da empresa que faz o abastecimento da embarcação e do armador, não tendo qualquer relação direta com o ocorrido, não sendo para qualquer efeito parte contratante ou contratada nessa operação de recarga de combustível, que acontece em área pública".

Por sua vez, a Cetesb explica que segundo seus técnicos, do Setor de Atendimento a Emergências e da Agência Ambiental de Santos, duas vistorias foram realizadas, uma pela manhã e outra à tarde, percorrendo o estuário até as praias e em torno do navio. Elas verificaram "apenas pequenas manchas de óleo".

Os resíduos do óleo vazado e recolhido, com uso de barreiras de contenção, bombas de sucção e mantas absorventes, "serão encaminhados para locais adequados, com orientação e acompanhamento da Agência Ambiental Paulista", como informou a Cetesb, em nota à Reportagem. O agente marítimo foi autuado para efetivar a limpeza da murada do cais e das defensas após a desatracação do navio.

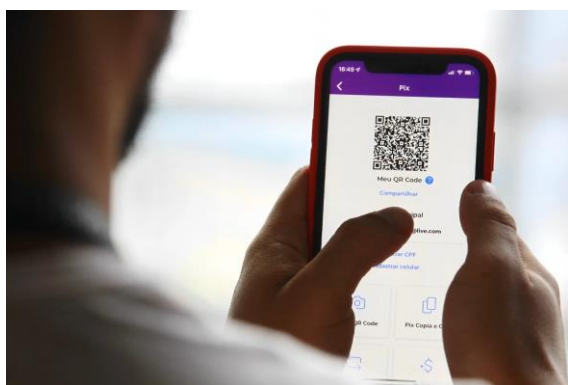
Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/05/2023

UTILIZA MUITO O PIX? FIQUE ATENTO QUE PAGAMENTO ELETRÔNICO GANHARÁ NOVOS RECURSOS DE SEGURANÇA

Banco Central anuncia série de medidas que vão incrementar a participação das instituições na fiscalização de golpes

Por: A Tribuna



Tempo para consulta de dados de usuários ou chave Pix será ampliado, de seis meses a cinco anos Foto: Matheus TagéAT

Sucesso absoluto, o Pix vai ganhar um reforço de segurança a partir do dia 5 de novembro, informou ontem o Banco Central. O BC vai passar a disponibilizar campos específicos nas notificações de fraude para que sejam detalhados os tipos de fraude, como falsidade ideológica ou conta laranja, por exemplo, e a razão da notificação, como golpe, estelionato, invasão de conta ou coação.

A notificação de infração é a funcionalidade que permite que as instituições façam uma marcação das chaves e usuários sempre que houver suspeita de fraude na transação.

Outra mudança anunciada pelo BC é a ampliação do conjunto de dados de segurança do Pix, colocados à disposição para a consulta das instituições participantes, para análises antifraude das transações.



Serão incluídas a quantidade de infrações do tipo conta laranja ou falsidade ideológica relacionada ao usuário ou chave Pix, quantidade de participantes que aceitaram notificação de infração daquele usuário ou chave e quantidade de contas vinculadas a determinado usuário.

Mais tempo

Além disso, será ampliado para cinco anos o limite de tempo que os dados ficam disponíveis. Atualmente, são seis meses. Segundo o BC, essa consulta pode ser feita pelas instituições por chave Pix ou pelo usuário (CPF/CNPJ), 24 horas, todos os dias.

“O resultado dessas mudanças é uma maior eficácia no combate à fraude, uma vez que as instituições passarão a ter melhores subsídios para aprimorar os próprios modelos de prevenção e detecção de fraude”, afirma Breno Lobo, consultor na Gerência de Gestão e Operação do Pix. “Na prática, as instituições terão melhores condições de atuar preventivamente (rejeitando transações fraudulentas ou bloqueando cautelarmente os recursos) e, em última instância, resultará em maior proteção aos usuários”.

Para aumentar a segurança, o BC também passou a exigir um questionário de autoavaliação em segurança das instituições que querem participar do Pix, com a assinatura do diretor responsável pela política de segurança cibernética, “de forma a garantir que as instituições atendam aos requisitos técnicos de segurança determinados pelo BC”.

Detalhes

Segundo o BC, o questionário aborda questões relacionadas à segurança com dados pessoais, segurança na comunicação, assinatura e certificados digitais, segurança de QR Codes, implementação segura de aplicativos e APIs.

“A segurança é um dos pilares fundamentais do Pix e é entendida como um processo contínuo, pois novas formas de fraude e golpes surgem com frequência”, disse o BC, em nota divulgada à imprensa.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

CONJUNTURA GLOBAL É TEMA DO FIEPE INTERNACIONAL, HOJE, ÀS 18H

Evento da Fiepe é gratuito.

Da Redação ME



Edifício sede da FiepeFoto: Renata Victor

Nesta quarta-feira (3), a FIEPE Internacional, por meio do seu Conselho Temático de Comércio Exterior da FIEPE (FIEPE-COMEX) debate a conjuntura global e perspectivas para o estado de Pernambuco com a 1ª edição do FIEPE Internacional do ano de 2023.

O evento terá como temática “Transformações geopolíticas e geoeconômicas diante da nova guerra quente: impactos para o mundo dos negócios em Pernambuco” e terá como palestrante o Cônsul Honorário de Malta, Dr. Thales Castro.

Abordagens sobre tópicos como a guerra na Ucrânia e a ascensão da China no cenário político e econômico internacional, além das mudanças nas cadeias globais de valor, contribuirão para o debate acerca das perspectivas e oportunidades para a indústria e a economia do estado de Pernambuco em meio a mudanças no contexto internacional.

Link para Fiepe internacional

O evento ocorrerá no dia 3 de maio, às 18h, e será GRATUITO e ONLINE. As inscrições poderão ser realizadas neste link.

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSexp13cxNBtiMLQ7EVcc0KtM_kq9K6HB3mS7E1mPYzCfCnEMw/viewform

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 03/05/2023

MONDELEZ AMPLIA FÁBRICA EM PERNAMBUCO PARA ATINGIR META GLOBAL ATÉ 2030

A planta pernambucana da Mondelez é estratégica e será a ampliada pela sexta vez.

Da Redação ME



A multinacional americana Mondelez vai investir R\$ 1 bilhão até 2024 em sua primeira expansão de fábrica e em novas linhas de produção, conforme enunciou Liel Miranda, executivo-chefe em entrevista ao Valor Econômico.

O Brasil é um dos cinco maiores mercados para a companhia de guloseimas e tem que contribuir para o plano global de dobrar a Mondelez até 2030. Do volume de investimentos, R\$ 400 milhões serão destinados ao aumento de produção nas fábricas do Paraná e de Pernambuco.

A planta pernambucana é estratégica e será a ampliada pela sexta vez, desde sua inauguração em 2011. Da lá saem 100% dos biscoitos vendidos no país e também produtos para 150 países.

Faturamento da Mondelez

No ano passado o faturou ao redor do mundo e receita líquida de cerca de US\$ 31,5 bilhões em 2022. Os investimentos da Mondelez são quase 70% superiores ao que a companhia fez no biênio anterior, e o maior orçamento da gestão de Liel Miranda, que assumiu como executivo-chefe no fim de 2019.



Fábrica da Mondelez em Vitória de Santo Antão (PE)/foto: divulgação

A pandemia impulsionou o consumo de chocolates e biscoitos. “A gente acreditava que nossa capacidade era suficiente para cinco anos, e em dois anos e meio, ela se esgotou”, contou Miranda na reportagem. A estratégia de alavancar a venda de chocolates também vai ganhar força com a distribuição da marca de chocolates Milka no Brasil.

A partir deste ano, a marca que hoje é importada, passa a integrar o portfólio brasileiro da Mondelez. Será o único produto importado pelo grupo, que já faz produção local do restante do portfólio distribuído aqui. É do Brasil que saem itens vendidos no Uruguai e na Argentina, por exemplo, exportação que responde por 10% da produção nacional.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 03/05/2023

CCJ DA ALEPE APROVA RECURSOS PARA INVESTIMENTO EM PERNAMBUCO

As emendas tiveram como relator Joãozinho Tenório (Patriota) que é vice-líder do Governo.

Da Redação ME



CCJ da Alepe/Foto: Alepe

A Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou, nesta terça-feira (02), projeto de lei que autoriza o governo do Estado a contrair empréstimos de até R\$ 3,4 bilhões junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, com garantia da União.

A matéria passou na CCJ com alterações, a partir de 4 emendas apresentadas por parlamentares.

Na proposta enviada pelo Governo, constam somente os valores das operações: até US\$ 90 milhões junto ao Banco Mundial, para investimento no Projeto de Saneamento Rural de Pernambuco, e até US\$ 200 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, para o Projeto Juntos Pela Segurança.

Três emendas analisadas pela Comissão de Justiça foram apresentadas conjuntamente pelos deputados Dani Portela (PSOL) e Rodrigo Farias, Sileno Guedes, Waldemar Borges e José Patriota, todos do PSB.

As emendas tiveram como relator Joãozinho Tenório (Patriota) que é vice-líder do Governo.

Uma das emendas proíbe a aplicação dos recursos dos empréstimos em despesas correntes. No parecer, o relator sugeriu que o veto ocorra apenas em gastos com pessoal, o que foi acatado por todos os demais deputados, com exceção de João Paulo (PT) que argumentou “temer possível prejuízo aos servidores”.

O relator Joãozinho Tenório também sugeriu alteração na emenda que determinava que os programas e ações a serem contemplados com os empréstimos fossem submetidos à avaliação do Legislativo. Com a alteração, ficou acordado que a Assembleia será apenas comunicada com antecedência.

Outra emenda limitava o valor das operações de crédito aos programas pactuados com o Tesouro Nacional. Na prática, com essa emenda o valor a ser tomado de empréstimo, este ano, não deveria passar de 2,5 bilhões. Com nova alteração feita pelo relator – e aprovada pela CCJ – o valor que exceder esta vinculação ao Ajuste Fiscal dependerá da abertura de créditos adicionais, sujeitos a autorização legislativa específica.

A quarta alteração veio de emenda do deputado Romero Albuquerque (União) destinando 0,5% do valor que será negociado pelo Estado a projetos e políticas públicas voltados à causa animal. Apesar do voto do relator pela inconstitucionalidade, a modificação recebeu aval da comissão com votos favoráveis de João Paulo, Waldemar Borges, Sileno Guedes, Luciano Duque (Solidariedade), William Brígido (Republicanos) e Renato Antunes (PL).

O presidente da CCJ, Antônio Moraes (PP), considerou que “a Alepe cumpriu seu papel com o entendimento entre as bancadas”. “Houve entendimento entre Governo e Oposição. O projeto foi preservado e era isso que a população pernambucana tava esperando, os recursos para investir em estrada e saúde. Então, eu acho que foi muito positiva”.

O relator Joãozinho Tenório também destacou como positivo o acordo das bancadas. “Importante para o Governo do Estado investir. Pernambuco pede urgência em investimentos. Foi muito importante para os pernambucanos essa aprovação”.

Antes de seguir para a votação em Plenário, o projeto será analisado pelas comissões de Finanças e Administração Pública nesta quarta-feira (03).

Fonte: *Mercoshipping Marítima Ltda*

Data: 03/05/2023

ANÚNCIOS DAS TAXAS DE JUROS NO BRASIL E EUA DEIXAM MERCADO EM ALERTA

Assim como Brasil, o EUA também anunciam hoje como fica sua taxa de juros.

Da Redação ME



Roberto Campos Neto no comando da reunião do Copom/Foto: Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decide nesta quarta-feira (2) se deve manter o aperto monetário com a Selic em 13,75% ao ano, mesmo com as pressões do governo federal para redução da taxa. O mercado em geral avalia que, diante da deterioração das projeções de inflação futura, ainda é cedo para o Banco Central começar a cortar juros.

Hoje também é aguardado o anúncio pelo Federal Reserve (Fed) sobre a taxa de juros norte-americana, com anúncio para às 15h. Investidores analisam que deve ocorrer uma elevação de 0,25 ponto percentual para encerrar a sequência de alta de juros, que ficariam, com o ajuste, entre 5% e 5,25%. O Fed estaria disposta a abandonar a política monetária mais restritiva diante dos sinais de piora da economia americana.

Crédito no Brasil

Membros da equipe econômica e o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmam que os juros altos atrapalham as concessões de crédito e os investimentos e que não existe nenhuma justificativa para que a Selic esteja, neste momento, nesse patamar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem defendendo maior coordenação entre as políticas fiscal (que cuida da arrecadação e dos gastos públicos) e monetária (taxa de juros para segurar a inflação).

Embora a taxa básica tenha parado de subir em agosto do ano passado, está no nível mais alto desde o início de 2017 e os efeitos do aperto monetário são sentidos no encarecimento do crédito e desaceleração da economia.

Segundo a edição do último Boletim Focus, divulgado ontem (terça-feira), a taxa básica deverá ser mantida em 13,75% ao ano pela sexta vez seguida. A expectativa do mercado financeiro, entretanto, é que a Selic encerre o ano em 12,5% ao ano. Nesta quarta-feira (3), ao fim do dia, o Copom anunciará a sua decisão.

Na ata da última reunião, em março, o órgão não descartou a possibilidade de novas elevações da taxa Selic caso o processo de desinflação não transcorra como esperado. O aumento dos gastos públicos e as incertezas fiscais também poderão fazer o Banco Central manter os juros elevados por mais tempo que o inicialmente previsto.

Incertezas

O documento menciona incertezas em relação ao arcabouço fiscal, que na ocasião ainda estava em elaboração pelo Ministério da Fazenda. Após a entrega do texto ao Congresso Nacional, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, fez uma avaliação "superpositiva" das novas regras que devem substituir o teto de gastos e reconheceu o "esforço" da equipe econômica do governo federal.



Campos Neto também defende as decisões técnicas da autarquia. Em declaração recente, ele disse que, mesmo não tendo cumprido por algumas vezes as metas de inflação, o Brasil segue caminho similar ao de outros países, mantendo-se “a maior parte do tempo dentro da banda”. O país registrou, segundo ele, “sete estouros em 24 anos”.

Depois de quedas nos últimos meses de 2022, as expectativas de inflação têm subido. No último boletim Focus, a estimativa de inflação para 2023 está em 6,05%.

Em março, a inflação desacelerou para todas as faixas de renda. Ainda assim, puxado pelo aumento dos preços dos combustíveis, o IPCA ficou em 0,71%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado é inferior à taxa de fevereiro, de 0,84%. Em 12 meses, o indicador acumula 4,65%, abaixo de 5% pela primeira vez em dois anos.

Para abril, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) – que mede a prévia da inflação oficial – ficou em 0,57%. A taxa é inferior na comparação com as de março de 2023 (0,69%) e de abril de 2022 (1,73%).

Taxa Selic

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas da economia. Ela é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. O BC atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima do valor definido na reunião.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Ao reduzir a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic.

Meta de inflação

Para 2023, a meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,25%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,75% e o superior é 4,75%. Para 2024 e 2025, as metas são de 3% para os dois anos, com o mesmo intervalo de tolerância.

No último Relatório de Inflação, divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária reconhece que a possibilidade do estouro da meta de inflação neste ano é de 83%. No documento, a estimativa é que o IPCA atingirá 5,8% em 2023. O próximo relatório será divulgado no dia 29 de junho.

*Com agências Brasil

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 03/05/2023

SENADO APROVA PROJETO QUE REGULAMENTA PRATICAGEM

Para a atividade, proposta consensual aperfeiçoa regulação e traz segurança jurídica
Por **LCNEWS/NEWS** - Mai 3, 2023 22:10



A Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou o Projeto de Lei 877/2022, do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que regulamenta o serviço de praticagem. Foram 15 votos favoráveis e nenhum contrário. Por se tratar de um projeto terminativo aprovado por comissão permanente, a proposta segue direto para apreciação da Câmara dos Deputados.

O texto acrescenta, na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997), parâmetros de funcionamento da atividade presentes nas Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem (NORMAM-12/DPC). O objetivo é conferir status legal à regulamentação infralegal da Marinha do Brasil, trazendo mais segurança jurídica e estabilidade regulatória.

Entre esses parâmetros, estão a escala de rodízio única de atendimento aos armadores, estabelecida pela Marinha para garantir a disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do prático e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação. Ao mesmo tempo, a escala dá autonomia para o prático tomar sempre a decisão mais segura a bordo, sem pressão comercial do armador, que não escolhe quem vai atendê-lo. O sistema atende aos princípios de segurança da Resolução A.960 da Organização Marítima Internacional (IMO).

Outro critério que o projeto insere na lei é a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta, salvo as previstas em regulamento da Autoridade Marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira, como é o caso dos comboios de balsas que levam a produção do agronegócio pelos rios. Essa exceção, já prevista na NORMAM-12, foi incluída pelo relator da matéria, senador Weverton Rocha (PDT-MA).

De acordo com o texto, a Autoridade Marítima poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até cem metros de comprimento, com pelo menos 2/3 da tripulação brasileira.

A proposta também deixa claro que o preço do serviço será livremente negociado entre os tomadores e prestadores, "reprimidas quaisquer práticas de abuso do poder econômico" pela autoridade competente, a Marinha do Brasil, de acordo com a Lei 9.537/1997. A ressalva foi mais uma emenda do relator. Ele suprimiu ainda o trecho que restringia o acesso ao processo seletivo para praticante de prático a oficiais de náutica e práticos com intenção de mudar de zona de praticagem. Com isso, mantém-se a possibilidade aberta a qualquer pessoa com curso superior e habilitação de mestre-amador.

Para o presidente da Praticagem do Brasil e vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos (IMPA), prático Ricardo Falcão, o projeto do senador Nelsinho Trad é uma boa iniciativa para aperfeiçoar a regulação:

– A Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário trata da praticagem de forma muito sucinta. O restante está no decreto que a regulamenta (Decreto 2.596/1998), mas a parte principal se encontra na NORMAM-12 da Diretoria de Portos e Costas, que é infralegal. Colocar essas normas em lei, procedimentos mundiais de segurança, evita questionamentos ao poder discricionário da Marinha, empoderando a Autoridade Marítima.



Falcão acha importante que o projeto tenha sido fruto de amplo debate na Comissão de Infraestrutura. Para chegar ao consenso, durante a elaboração do seu relatório, o senador Weverton ouviu diferentes players do setor.

No dia 24 de abril, ele promoveu longa reunião com senadores do Norte e Nordeste; liderança do governo; Marinha; Ministério dos Portos e Aeroportos; Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac); Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional do Transporte (CNT); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); Frente Parlamentar de Logística (FPL); Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); Logística Brasil; Cabal (exportadora de alumínio); além das entidades ligadas à Praticagem do Brasil.

"Não nos furtamos a receber contribuições de diversas entidades da sociedade civil ligadas ao transporte aquaviário. Reunimo-nos ainda com o governo federal, Autoridade Marítima, armadores, representantes do agronegócio, do comércio, da indústria, do transporte de cargas, dos terminais portuários, da navegação interior, entre tantas outras associações. Assim, durante a construção do texto, identificamos oportunidades de melhorias que visam a contribuir com a segurança jurídica e a estabilidade regulatória da atividade", escreveu o senador em seu parecer.

Sobre a praticagem

A Praticagem do Brasil é a atividade que conduz os navios em segurança na entrada e saída dos portos, tanto na sua navegação no canal de acesso quanto na atracação e desatracação. O serviço é realizado a bordo pelo prático, ou pilot nos outros países, profissional que embarca de sua lancha no navio em movimento, a partir de uma escada estendida no costado da embarcação.

Além do risco que corre a cada embarque e desembarque, o prático administra uma grande responsabilidade para a sociedade, pois ele vai a bordo para evitar acidentes que podem provocar severa poluição ambiental, mortes, danos ao patrimônio público e privado e fechamento de um porto para a economia.

Responsável por lei pela segurança da navegação, a Marinha do Brasil é quem disciplina a atividade e seleciona os práticos para trabalhar na iniciativa privada. Em cada zona de praticagem, o serviço é distribuído aos profissionais por meio da escala de rodízio única.

Fonte: Praticagem do Brasil

www.praticagemdobrasil.org.br/imprensa

Por: (LCN) Luis Celso News

contato@luiscelsonews.com.br

Fonte: Mercoshipping Marítima Ltda

Data: 03/05/2023

MESMO COM QUEDA NA INFLAÇÃO E SEM ALTA NO PREÇO DO DIESEL, SETOR DE TRANSPORTE E LOGÍSTICA AINDA PRECISA DE REFORMAS

Por Antonio Wroblewski

Os números não são ruins, longe disso, o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo 15), considerado uma prévia da inflação, desacelerou pelo segundo mês seguido, para 0,57% em abril, segundo o IBGE. Em março, o índice ficou em 0,69%. A Inflação acumulada em 12 meses é a menor em mais de 2 anos. A taxa de 4,16% é a menor desde outubro de 2020, quando ficou em 3,52%. Foi também a primeira vez em que ficou abaixo de 5% desde fevereiro de 2021.

O preço do diesel, principal combustível dos meios de transporte no Brasil, também tem apresentado números positivos para o setor de transporte e logística, O preço médio do litro do diesel nos postos



do país tem caído – na última semana de abril, caiu pela 11ª semana consecutiva, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

São números positivos, entretanto, o setor de transporte e logística ainda precisa de reformas e adaptações importantes, como mais investimento (também do poder público) em segurança, evitar o desperdício (O Brasil desperdiça hoje 30% de combustível com sobrecarga nas rodovias e uma frota velha de caminhões), buscar alternativa mais sustentáveis, como a eletrificação da frota de veículos logísticos, utilizar ainda mais as plataformas de Data Analytics (Segundo o Conselho de Profissionais de Gestão da Cadeia de Suprimentos, 71% das transportadoras e empresas de terceirização de logística acreditam que o uso dessas plataformas melhora a qualidade e o desempenho das operações).

Não podemos negar que esses números para o começo de ano são positivos, mas é preciso que o setor também se movimente. O Brasil ainda está muito distante do que consideramos perto do ideal, o custo logístico nacional é de 12,5% do PIB (Produto Interno Bruto), enquanto nos Estados Unidos não chega a 8%. É preciso que os empresários busquem melhorias, como a utilização de plataformas de Data Analytics (inteligência artificial), ser uma empresa mais sustentável, próxima dos conceitos de ESG, com a eletrificação de frotas, por exemplo, o que pode ser um investimento hoje, será economia em pouco tempo.

A questão da inteligência artificial, do uso das tecnologias também é primordial, o Big Data Analytics é uma tecnologia que permite o processamento de dados estruturados e essas informações podem ser analisadas e compreendidas pelos negócios, a fim de prever tendências e acompanhar métricas, tirando decisões úteis para os negócios. Com relação às práticas mais sustentáveis, a logística sustentável também pode ser importante para gerar novas operações inteligentes, que reduzam custos. Uma das formas mais palpáveis atualmente são os veículos híbridos e elétricos, que chegaram à marca de 100 mil emplacamentos em 2022, e podem fazer parte da frota das empresas, e isso também pode significar economia.

Quando tocamos no assunto de infraestrutura, apenas em 2022, 62% da carga brasileira foi transportada por caminhões, 20% por ferrovias, 14% por cabotagem (aquavias), 0,3% por aerovias e 3,6% por outros sistemas. Para ser mais competitivo em logística, o ideal seria que, em 15 anos, o Brasil pudesse reduzir a carga rodoviária a 40%, aumentar a ferroviária para 30% e a de cabotagem para 25%, mas para isso, é preciso que poder público e privado busquem união e investimentos para que essa mudança possa começar a sair do papel.

A tendência para os próximos meses é de crescimento no mercado, assistimos, desde antes da pandemia, o crescimento do setor de e-commerce, é algo eu veio para ficar, cada vez mais as pessoas estão comprando pela internet e esses produtos precisam chegar em seus endereços e, para isso, existe o setor de transporte e logística. Temos um ano promissor pela frente, mas é preciso de reformas estruturais nas empresas e no setor público, pensando no hoje e amanhã, para que possamos crescer ainda mais. Ainda falta planejamento para o Brasil, como melhorias em modais, infraestrutura, acesso a mais investimentos e automação são pontos cruciais da logística nos próximos anos. Sem esses investimentos, sem esse olhar, os bons números de agora poderão ser inúteis no fim deste e nos próximos anos.

Antonio Wroblewski - Sócio e conselheiro da Pathfind e Presidente do Conselho Administrativo da BBM Logística, especialista em logística. Engenheiro com MBA na NYU (New York University) e também sócio da Awro Logística e Participações. Ele foi presidente da Ryder no Brasil de 1996 até 2008, em 2009 montou a AWRO Logística e Participações, com foco em M&A e consolidação de plataformas no Brasil. Foi Country Manager na DHL e Diretor Executivo na Hertz. O trabalho de Antonio Wroblewski tem exposição muito grande no mercado Internacional, com trabalhos em mais de 15 países tanto no trade de importação como de exportação. Além disso, ele é faixa preta em Jiu-jítsu, há 13 anos, e pratica o esporte há 30 anos.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 03/05/2023





Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ DISPONIBILIZA RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2022

Divulgação atende cumprimento de obrigações institucionais de prestar contas dos recursos financeiros, materiais e humanos colocados à disposição da ANTAQ



Brasília 03/05/2023 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários publicou o Relatório de Gestão 2022, documento que integra a prestação de contas da agência reguladora, nos termos do art. 15º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019. Elaborado na forma de relato integrado, conforme regulamentação geral de prestação de contas estabelecida na Instrução Normativa (IN)-TCU 84/2020, o documento apresenta o balanço das principais ações e resultados obtidos no exercício.

O documento, aprovado por meio do Acórdão nº 185/2023-ANTAQ, traz os resultados alcançados e o valor público gerado pela Agência no último ano, em cumprimento à política do setor, definida pelos Poderes Legislativo e Executivo.

No Relatório, é possível acompanhar as diretrizes importantes estabelecidas pela autarquia em 2022 como a aprovação de temas da agenda regulatória 2022-2024, estudos produzidos sobre o mercado regulado, leilões realizados no período, além de outras temáticas do setor aquaviário.

Demonstra, ainda, os resultados dos instrumentos institucionais de planejamento estratégico e tático feitos pela autarquia, trazendo, de forma clara e objetiva, a correta aplicação dos recursos públicos, atendendo às necessidades de informar os cidadãos e seus representantes, os usuários dos serviços e os órgãos do Poder Executivo, Legislativo e de controle, para fins de transparência e tomada de decisão.

Registro histórico

De acordo com o diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, o Relatório de Gestão 2022 ficará para a história. Isso porque o documento registra a primeira privatização de autoridade portuária do país. Trata-se da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), leiloadada em março de 2022.

“Nesse ano, a ANTAQ conduziu o procedimento licitatório da primeira concessão de portos organizados. Os portos de Vitória e Barra do Riacho, antes pertencentes à CODESA, passarão a ser administrados pela iniciativa privada. Os investimentos previstos somam, respectivamente, 700 milhões e 106 milhões de reais em valores de outorga”, destacou.

O contrato de desestatização terá a duração do contrato de 35 anos, e mais cinco em caso de necessidade de investimentos adicionais. O valor da receita bruta global do contrato alcançará, aproximadamente, R\$ 2 bilhões. Os investimentos serão de R\$ 1,3 bilhão.

Lagoa Mirim

Eduardo Nery também destacou que o relatório traz a atuação da ANTAQ na análise e estruturação de projetos de parceria com a iniciativa privada para a concessão de infraestrutura hidroviária com a criação e coordenação de grupos de trabalho multisetoriais relativos à Hidrovia da Lagoa Mirim

“Destaco a participação do corpo técnico deste órgão em grupo de trabalho que discute a implantação de hidrovia na Lagoa Mirim (Rio Grande do Sul), que conecta o Brasil ao Uruguai, cuja implantação resultará na primeira concessão hidroviária do Brasil - outro grande passo para a consolidação de nossa missão enquanto Poder Concedente para a concessão de infraestrutura aquaviária”, falou.

O Relatório de Gestão encontra-se disponibilizado aos interessados na sede da Agência e por meio **deste link**. https://www.gov.br/antag/pt-br/acesso-a-informacao/prestacao_de_contas/relatorio-de-gestao

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 03/05/2023

GRUPOS DE TRABALHO VÃO DISCUTIR SOLUÇÕES PARA CONTRATOS INADIMPLENTES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Iniciativa do Ministério dos Transportes busca alternativas que permitam a regularização e a retomada das obras

Quatro portarias publicadas na edição desta quarta-feira (3) do Diário Oficial da União (DOU) criaram grupos de trabalho com o objetivo de discutir soluções consensuais para contratos de concessão de rodovias em processo de relicitação ou caducidade. A intenção do Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, é elaborar relatórios com cenários que permitam a retomada das obras e do investimento privado.



Para que as sugestões sejam apresentadas, serão levados em conta cinco itens. São eles: defesa do interesse público, com comprovada vantajosidade; viabilidade técnica e jurídica; execução imediata dos investimentos previstos contratualmente, atualmente paralisados em decorrência de ação judicial ordinária; tarifas módicas; e redução de acidentes e melhoria da fluidez da rodovia.

Um dos grupos de trabalho vai analisar a situação do contrato da Arteris Fluminense - Foto: Divulgação/Arteris Fluminense



A orientação da Presidência República, por meio da Casa Civil, é trazer os contratos inadimplentes para a regularidade, permitindo a retomada de investimentos que hoje estão parados. “É prioridade para o Ministério dos Transportes solucionar esses contratos de uma forma que atenda, acima de tudo, ao interesse da sociedade brasileira”, afirmou o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro, que assina as portarias.

Fazem parte da iniciativa a ECO 101, que administra a BR-101/ES/BA; a MSVIA – Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense, que cuida da BR-163/MS; e a Arteris Fluminense, responsável pela BR-101/RJ. Todas estão com pedidos de relicitação das concessões em andamento. Já o grupo de trabalho instituído pela portaria 371/2023 vai discutir a situação da ViaBahia, concessionária que administra o sistema rodoviário formado por BR-116/324/BA e a BA 526/528.

Composição

Integram os grupos de trabalho o secretário-executivo George Santoro, que presidirá os colegiados; o consultor jurídico do Ministério dos Transportes, Gustavo Villar Trivelato; e o diretor-geral da Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), Rafael Vitale. Agentes externos, como representantes de concessionárias e associações, poderão participar das discussões.

Ao fim de 30 dias, os grupos vão apresentar relatórios assinalando possíveis cenários para a realização de acordos consensuais com as concessionárias. Os documentos produzidos pelos GTs serão protocolados para análise da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso) do Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 03/05/2023

REVITALIZAÇÃO DE PASSARELA NA BR 230/PB PERMITIRÁ TRAVESSIA MAIS SEGURA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINA GRANDE (PB)

Entre as intervenções feitas pelas equipes do DNIT no distrito de Santa Terezinha, estão a recuperação dos pilares e a pintura dos 187,3 metros de extensão da estrutura

Moradores do distrito de Santa Terezinha, na região metropolitana de Campina Grande, na Paraíba, serão beneficiados com a revitalização da passarela na BR-230/PB. A estrutura de 187,3 metros de extensão reformada pelo Governo Federal fica localizada no quilômetro 144 da rodovia e contou com o investimento de R\$1,4 milhão, aplicados para melhorar a segurança e a funcionalidade da travessia.

O trabalho foi executado pelas equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que atuou nas intervenções como recuperação dos pilares, troca da estrutura de proteção, execução de drenos, aplicação de juntas de dilatação, e pintura em toda a extensão da passarela. A obra conferirá aos moradores a garantia de acesso a serviços primordiais de saúde e educação, como a unidade básica de saúde da família e a escola estadual Everaldo Alves.

Com informações da Coordenação-Geral de Comunicação Social do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 03/05/2023

MÁRCIO FRANÇA ASSINA CESSÃO DE PARTE DA ÁREA DO PORTO DE SANTOS À PREFEITURA

Iniciativa permitirá transformar área de armazéns em polo turístico do Centro Histórico

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, assinou nesta terça-feira o contrato de cessão de parte da área de armazéns do Porto de Santos à Prefeitura da cidade. No local será criado o Parque Valongo, um projeto que prevê a revitalização do espaço, transformando-o em um polo turístico.

O investimento previsto para a construção do parque é de R\$ 15 milhões. O valor está garantido como compensação por parte de uma empresa portuária multinacional, que em breve formalizará o aporte do recurso. As obras devem ser concluídas em julho de 2024.



De acordo com o ministro Márcio França, o objetivo é que o Porto de Santos continue operando de maneira eficaz e batendo recordes, porém que seja também um atrativo. "O porto permanecerá público, servindo à sociedade brasileira, e agora com um espaço bonito e turístico para as pessoas desfrutarem", afirmou.

O projeto é resultado de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado entre Ministério Público, Autoridade Portuária e Prefeitura de Santos. Pela proposta, o armazém 4 integrará o parque, tornando-se um espaço para atividades culturais, sob gestão da

Prefeitura. O armazém 7 ficará sob responsabilidade da Autoridade Portuária (SPA), que deve destiná-lo a atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades. Já o espaço entre os armazéns 5 e 6, que não existem mais, será utilizado para área aberta do projeto.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 03/05/2023

DÉCIMA EDIÇÃO DO MAIO AMARELO REFORÇA LUTA POR UM TRÂNSITO MAIS SEGURO

Secretaria Nacional de Trânsito levará às cinco regiões do país o tema "No trânsito, escolha a vida" para conscientização de toda a sociedade. Campanha terá selo comemorativo



- Foto: Márcio Ferreira/MT

Comemorando 10 anos do movimento internacional de conscientização para redução de mortes no trânsito, a cerimônia de abertura do Maio Amarelo, realizada nesta terça-feira (2), realça a importância de todos os setores e da sociedade para diminuir as mortes e lesões de trânsito no Brasil. Além da apresentação da campanha "No trânsito, escolha a vida", houve o lançamento de um selo comemorativo para marcar a campanha.

De acordo com o secretário nacional de Trânsito, Adualdo Catão, a segurança viária é uma agenda prioritária para a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do Ministério dos Transportes e para o Governo Federal. O Maio Amarelo, então, é uma agenda propícia para trazer maior visibilidade ao tema, mobilizando toda a sociedade brasileira em favor da preservação das vidas no trânsito.

"Precisamos incentivar as boas práticas no trânsito. Sabemos que os acidentes causam muito prejuízo, por isso trabalharemos incessantemente para garantir uma mobilidade segura e eficiente", destacou Catão. Depois do lançamento da campanha, a Senatran irá visitar todas as cinco regiões do Brasil para fomentar a campanha e difundir a conscientização no país, começando pelo Paraná.

Selo

A campanha é realizada pelo Ministério dos Transportes, por meio da Senatran, em parceria com o Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e o Sistema Sest/Senat, com apoio do Governo Federal, além de envolver todos os órgãos de trânsito federais, estaduais e municipais. Como forma de homenagear os 10 anos do movimento, será realizada a obliteração do selo comemorativo, que consiste na técnica de marcar o selo com o carimbo personalizado, representando a oficialização do Maio Amarelo nos produtos dos Correios.



Participaram do evento o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Luciano Lourenço; o presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Vander Costa; o CEO do Observatório Nacional de Segurança Viária, Paulo Guimarães; o diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), Fabrício Galvão; o presidente do Conselho Estadual de Trânsito (Cetran), Frederico Pierotti; e representantes da Polícia Rodoviária Federal e da Associação Nacional dos Detrans (AND).

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 03/05/2023

BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – CAMPANHA PELA VIDA

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O trânsito é uma das áreas em que a vida humana está mais vulnerável. A imprudência, a falta de responsabilidade e a falta de respeito pelas leis de trânsito são alguns dos fatores que contribuem para o aumento do número de mortes nas estradas e ruas do nosso país. Felizmente, iniciativas como a campanha Maio Amarelo, lançada pelo Ministério dos Transportes, são fundamentais para chamar a atenção da sociedade e das autoridades sobre a importância da preservação da vida no trânsito.

A campanha Maio Amarelo é uma excelente iniciativa que tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância de um trânsito mais seguro e responsável. É importante destacar que as ações promovidas pelo Ministério dos Transportes não são suficientes para reduzir o número de mortes no trânsito. É preciso que todos os segmentos da sociedade se unam e trabalhem juntos para mudar essa realidade.

As autoridades, por sua vez, devem investir em fiscalização e em medidas preventivas para coibir a imprudência no trânsito. É fundamental que as leis de trânsito sejam mais rigorosas e que as penalidades para quem as desrespeita sejam mais severas. Além disso, é necessário que sejam feitos investimentos em sinalização, iluminação e infraestrutura, de forma a garantir que as estradas e ruas estejam em condições adequadas de tráfego.

Porém, a responsabilidade não é apenas das autoridades. Cada cidadão deve fazer a sua parte para garantir um trânsito mais seguro. Isso significa respeitar as leis de trânsito, usar o cinto de segurança, não dirigir sob efeito de álcool ou drogas, não usar o celular enquanto dirige, entre outras atitudes responsáveis.

Em resumo, é necessário que haja uma união de esforços para reduzir as mortes no trânsito. A campanha Maio Amarelo é uma excelente iniciativa que deve ser apoiada pela sociedade e pelas autoridades. No entanto, é preciso que todos façam a sua parte para mudar essa realidade. A preservação da vida no trânsito é uma responsabilidade de todos nós.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RODOVIAS 1

A EcoNoroeste, controlada pela concessionária rodoviária Ecorodovias, assumiu a operação da maior parte das estradas do Lote Noroeste, no interior de São Paulo, na última segunda-feira, dia 1. Ela substituiu a concessionária AB Triângulo do Sol. Essa parte do lote, com 442,2 quilômetros e mais um trecho adicional de 0,6 quilômetro, é responsável por 80% da receita de pedágio previsto para

todo o bloco. O restante dessa malha, com 158,2 quilômetros, ainda é administrado pela Tebe, cujo contrato segue até março de 2025. Somente então, a Econoroeste assumirá essa parte.

RODOVIAS 2

Durante os 30 anos da concessão do lote, a EcoNoroeste pretende implantar um programa de carbono zero e, ainda, o sistema free-flow, eliminando as praças de pedágio e melhorando a fluidez do tráfego.

NOVA DIREÇÃO

Ex-CEO da EDP Brasil, Miguel Setas assumiu a presidência do Grupo CCR, um dos principais concessionários de infraestrutura, especialmente do setor de transportes, no Brasil. Nesses primeiros dias, ele visitou as linhas 8 e 9 dos trens da ViaMobilidade (que tem a CCR como principal acionista) em São Paulo, que considera dois dos principais gargalos da empresa.

TRANSIÇÃO 1

Após 11 anos como presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abeaer), o executivo Eduardo Sanovicz deixou o cargo ontem, dia 2. Ele assume a presidência executiva do conselho deliberativo da entidade. À frente da Abeaer, fica a especialista em Turismo Jurema Monteiro, que até então respondia pela Diretoria de Relações Institucionais. Segundo Sanovicz, essa transição vem sendo preparada há dois anos e sua conclusão foi aprovada recentemente por unanimidade no conselho.

TRANSIÇÃO 2

Eduardo Sanovicz lembra que, “quando fundamos a Abeaer, em 2012, e assumi a presidência a convite das empresas aéreas, a aviação vivia seu grande momento. Desenhamos a associação quando a aviação estava no sétimo para o oitavo ano de uma década gloriosa, de 2003 a meados de 2015, na qual mais que triplicamos o número de passageiros, de 30 milhões para 100 milhões, e a tarifa média caiu pela metade. Esse cenário mudou a partir de 2017, com a disparada dos custos do querosene e a queda do poder aquisitivo da população, associada à perda da capacidade de investimento das empresas. Para a próxima década, estes são os desafios que se apresentam ao setor”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/05/2023

NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES LANÇA CAMPANHA PARA UM TRÂNSITO MAIS SEGURO

motoristas, começando pelo Paraná

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o terceiro país com maior número de mortes no trânsito, atrás da Índia e da China
Crédito: Agência Brasil

A Secretaria Nacional de Trânsito, do Ministério dos Transportes, lançou ontem (2) a campanha Maio Amarelo para reforçar um trânsito mais seguro no Brasil. Para o secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, a segurança das vias é uma pauta prioritária para a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do Ministério dos Transportes e para o Governo Federal.



“Precisamos incentivar as boas práticas no trânsito. Sabemos que os acidentes causam muito prejuízo, por isso trabalharemos incessantemente para garantir uma mobilidade segura e eficiente”, destacou o secretário.

Os membros da Senatran irão visitar as cinco regiões do Brasil para difundir a conscientização nos motoristas, começando pelo Paraná. Para homenagear os 10 anos da campanha, o Ministério vai lançar um selo comemorativo nos Correios representando a oficialização da ação.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o terceiro país com maior número de mortes no trânsito, atrás da Índia e da China. Os acidentes de trânsito são a oitava causa de óbito no país. Um relatório publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) também mostrou que o Brasil não está conseguindo cumprir com as metas de redução de acidentes de trânsito.

A ação para diminuir os índices de morte tem o apoio do Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV), a Confederação Nacional do Transporte (CNT) e o Sistema Sest/Senat. A cerimônia de ontem em Brasília reuniu diversas autoridades do setor de infraestrutura. Entre os presentes estavam o diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) Luciano Lourenço; o presidente da Confederação Nacional dos Transportes, Vander Costa e o diretor-geral substituto do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Fabrício Galvão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/05/2023

NACIONAL - CONTA DE LUZ CONTINUARÁ SEM COBRANÇAS ADICIONAIS NO MÊS DE MAIO

Segundo a Aneel, é bastante provável que o acionamento da bandeira verde permaneça para todo o ano de 2023

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O NÍVEL DE ARMAZENAMENTO DOS RESERVATÓRIOS ATINGIU 87% EM MÉDIA NO INÍCIO DO PERÍODO SECO, RAZÃO DO ATUAL CENÁRIO FAVORÁVEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), informou ontem (2) que a bandeira tarifária para o mês de maio será a verde. O cenário sem adicional nas contas de energia elétrica dos consumidores permanece sem alterações desde abril de 2022.

Segundo a Aneel, é bastante provável que o acionamento da bandeira verde permaneça para todo o ano de 2023. O cenário reflete a melhoria dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas, beneficiados pelo período das chuvas.

O nível de armazenamento dos reservatórios atingiu 87% em média no início do período seco, razão do atual cenário favorável. O mecanismo das bandeiras tarifárias foi criado em 2015 com o objetivo de propiciar transparência ao custo real da energia.

Ao criar o sistema das bandeiras tarifárias, especialistas apontaram que o sistema dá transparência ao custo real da energia permitindo que o consumidor se programe e tenha um consumo de energia mais consciente.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/05/2023

NACIONAL - LIVE DEBATE TECNOLOGIA NO SETOR PORTUÁRIO E EXEMPLOS DE HUBS NO MUNDO

Encontro foi promovido pelo Conselho Tech do Brasil Export com base na Missão Portuária – Brasil Export 2023

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



A ideia da realização da live se baseou na Missão Portuária – Brasil Export 2023, que esteve em Singapura na última semana visitando feiras, empresas e hubs Crédito: Reprodução/Youtube/BE News

O Conselho Tech do Brasil Export promoveu ontem (2) uma live internacional em que teve como objetivo mostrar e detalhar exemplos práticos da implantação de uma tecnologia de ponta no trabalho diário do setor portuário. O exemplo usado foi o hub do Porto de Barcelona, uma empresa de OCR e a tecnologia criada que é utilizada no Porto de Leixões.

Miquel de La Mano, diretor técnico da Fundação BCN de Inovação do Porto de Barcelona, fez uma apresentação sobre a dinâmica do hub do complexo portuário espanhol. As empresas do setor portuário levam problemas para o hub, que vai atrás de ideias de universidades locais e startups que apresentem soluções.

As startups mais promissoras acabam sendo puxadas e integradas para dentro do hub, onde é desenvolvida a solução sob medida pela encomenda das empresas.

Uma dessas startups selecionadas foi a Allread, empresa que realiza a leitura de OCR (Optical Character Recognition, processo tecnológico que converte uma imagem de texto em um formato de texto legível por máquina).

“Eles usam imagens de câmeras com muito mais precisão porque usa inteligência artificial. Então o técnico mostrou como a solução funciona, o seu aprendizado, o treinamento que é feito para essa tecnologia ser usada. Ele fez um detalhamento técnico mostrando como que a solução consegue ser tão precisa”, disse Angelino Caputo, diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) e presidente do Conselho do Brasil Tech Export, que foi o moderador da live.

Durante a live, foram citados diversos portos em que este tipo de tecnologia visual é usada, mas em específico no Porto de Leixões, em Portugal, através da apresentação de Hugo Bastos, diretor da Direção de Sistemas de Informação.

“Quando a gente faz uma live internacional, a ideia é comparar o que se faz em outros países com o que se faz no Brasil, e assim tirar uma experiência proveitosa. Nesse sentido, a live foi muito interessante e bem proveitosa”, disse Caputo.

Missão em Singapura

A ideia da realização da live se baseou na Missão Portuária – Brasil Export 2023, que esteve em Singapura na última semana visitando feiras, empresas e hubs de sucesso. Para Angelino Caputo, a experiência deixou evidente como o Brasil ficou para trás.

“Tudo isso que vimos mostra que o Brasil está bem atrasado nessa questão de hub de inovação para o setor portuário. Já vimos exemplos de sucesso em Valência (na Espanha), agora em Barcelona, Roterdã (Holanda) na nossa última missão em Singapura. Todo mundo está criando essa estrutura e aqui no Brasil temos totais condições. Temos de tentar fazer alguma coisa o mais rápido possível, se não a gente perde oportunidades de ser competitivo porque não traz inovação rápida”, analisou.

A live de ontem está disponível no canal do Portal BE News no Youtube (www.youtube.com/portalbeneews).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 03/05/2023

REGIÃO SUDESTE - ITAGUAÍ APOSTA EM MAIOR EFICIÊNCIA COM NOVOS CALADOS OPERACIONAIS DE 18,3 M

Segundo a Autoridade Portuária, novos parâmetros entraram em vigor a partir de 10 de abril
Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



O ganho de calado no porto foi possível após as obras de corte de rocha e de dragagem de manutenção, concluídas no ano passado. Crédito: Divulgação/PortosRio

O Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, passou a ter novos calados operacionais, que passaram de 17,8 metros para 18,3 metros no Canal Principal e no Canal da Ilha das Cabras, conforme informou a PortosRio, Autoridade Portuária gestora do terminal. O navio graneleiro Golden Amreen, que operou no Porto Sudeste no último dia 19 de abril, foi o primeiro

a utilizar esses novos calados máximos do Porto de Itaguaí.

Julia Crisóstomo, gerente de Acesso Aquaviário do Porto de Itaguaí, informou que a ampliação dos calados operacionais foi autorizada pela Capitania dos Portos do Rio de Janeiro. Os novos parâmetros entraram em vigor a partir de 10 de abril, com a publicação da portaria da Autoridade Marítima, que alterou a tabela de calados dos canais e bacias do complexo portuário.

“O ganho de calado no porto foi possível após as obras de corte de rocha e de dragagem de manutenção, que foram concluídas no ano passado”, explicou Julia.

Para Alexandre Neves, superintendente de Gestão Portuária de Itaguaí e Angra dos Reis, os novos calados operacionais proporcionam melhores condições de segurança à navegação e aumentam a eficiência operacional.

“Os projetos da Autoridade Portuária visando à melhora da infraestrutura aquaviária permitem elevar o nível de competitividade para as atividades do Complexo Portuário da Baía de Sepetiba, que engloba Itaguaí e os terminais privados”, enfatizou Neves.

A profundidade máxima do Canal Principal do Porto de Itaguaí chega a 20 metros, mas o limite do calado operacional é de 18,3 metros. Calado trata-se da altura da parte do casco do navio que fica submersa, medida entre a quilha e a linha d’água.

O calado operacional é um limite máximo estabelecido para a segurança da navegação nos diversos trechos dos canais de acesso, bacias de evolução e cais acostáveis, no intuito de impedir que as embarcações encostem o fundo do casco no leito, mantendo uma distância segura.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 03/05/2023

REGIÃO SUDESTE - FALHA DE ABASTECIMENTO CAUSA VAZAMENTO DE COMBUSTÍVEL NO PORTO DE SANTOS

Cerca de 200 litros de óleo bunker derramaram durante operação em embarcação atracada na margem direita

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br

Uma falha durante uma operação de abastecimento de um navio causou um vazamento de combustível (bunker) no Porto de Santos na segunda-feira (1º). De acordo com informações da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), a estimativa é de que foram derramados

aproximadamente 200 litros do produto. A Capitania dos Portos de São Paulo (CPSP), Autoridade Portuária de Santos (APS) e o Ibama analisam os danos causados e possíveis responsáveis.



A embarcação estava atracada no cais, onde estava sendo feita uma operação de embarque de açúcar, que prontamente foi suspensa em razão do vazamento Crédito: Reprodução/Redes sociais

A Cetesb informou que equipes souberam da ocorrência através do setor de Atendimento a Emergências e da Agência Ambiental de Santos. Segundo a companhia, o incidente foi registrado no terminal da Copersucar.

A Autoridade Portuária de Santos informou que o vazamento ocorreu durante operação de abastecimento do navio Pride, que estava atracado no cais dos armazéns 20/21, no Paquetá, na margem direita do Porto de Santos.

Após o registro do derramamento do óleo combustível, ainda segundo a APS, a empresa responsável pelo abastecimento providenciou o reforço da contenção por meio da colocação de cercos preventivos e barreiras absorventes.

A embarcação estava atracada no cais, onde estava sendo feita uma operação de embarque de açúcar, que prontamente foi suspensa em razão do vazamento.

“A APS e Cetesb realizaram vistoria embarcada ao longo do estuário. Até o momento, não foram verificadas anormalidades fora das proximidades da área de ocorrência. No local, grande parte do óleo já foi removido e está sendo realizada a limpeza do navio”, disse a Autoridade Portuária, em nota divulgada ontem (2).

Técnicos da Cetesb e da APS seguem em vistoria pelo local para eventuais trabalhos de contenção e avaliação geral da situação.

Em nota emitida na noite de ontem, a Cetesb informou que a quantidade vazada que atingiu o mar não foi estimada. Porém, segundo os técnicos que realizaram duas vistorias em embarcações percorrendo o estuário até as praias e em torno do navio, se verificaram apenas pequenas manchas de óleo.

Ainda segundo a companhia, os resíduos do óleo vazado e recolhido, com uso de barreiras de contenção, bombas de sucção e mantas absorventes, serão encaminhados para locais adequados, com orientação e acompanhamento da Agência Ambiental Paulista.

A Marinha, através da Capitania dos Portos do Estado de São Paulo, informou que enviou uma equipe de peritos até o local para verificação dos fatos que geraram o incidente. A força naval abriu um inquérito administrativo para apurar as causas e possíveis responsáveis pelo vazamento.

Além da Cetesb, equipes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) estiveram no local para avaliação do derramamento. A maior parte do combustível já foi recolhida, segundo o Ibama.

Durante o dia de ontem, a embarcação seguia com sua operação paralisada e passava por limpeza do casco. O Ibama afirmou que o navio aguardava a possibilidade de liberação para poder continuar a operação de embarque.

No final da noite de ontem, as autoridades responsáveis liberaram a continuidade das operações no navio. Segundo a APS, todo o resíduo gerado será destinado pelas empresas de atendimento a

emergências. O agente marítimo foi autuado para efetivar a limpeza da murada do cais e das defensas após a desatracação da embarcação.

A Copersucar, em nota, esclareceu que a responsabilidade pela contingência é exclusiva da empresa que faz o abastecimento da embarcação e do armador, não tendo qualquer relação direta com o ocorrido, não sendo para qualquer efeito parte contratante ou contratada nessa operação de recarga de combustível, que acontece em área pública.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/05/2023

REGIÃO SUDESTE - VELEIRO THE MAIDEN FACTOR CHEGA AO PORTO DE SANTOS

Por Cássio Lyra redacao@portalbenews.com.br



Veleiro The Maiden Factor percorreu parte do canal do Porto de Santos até chegar no late Clube de Santos.
crédito: DPW Santos/Divulgação.

Embarcação é tripulada apenas por mulheres, cada uma com uma nacionalidade

Com a missão de promover a proteção dos oceanos e, principalmente, a educação de meninas com pouco ou nenhum acesso a recursos básicos, o veleiro oceânico The Maiden Factor chegou ao Porto de Santos (SP) nessa terça-feira, dia 2. Tripulado apenas por mulheres, ele percorreu parte do canal de navegação, antes de atracar no late Clube de Santos, em Guarujá (SP), onde permanecerá até dia 10. Ele vem ao Brasil após uma viagem de 21 dias e 340 milhas náuticas, iniciada na Cidade do Cabo, na África do Sul. Sua jornada é patrocinada pelo Grupo DP World.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/05/2023

PORTO DE SANTOS - PREFEITURA PROMETE PARQUE VALONGO PARA JULHO DO ANO QUE VEM

Prefeito anunciou prazo durante cerimônia de assinatura do contrato de cessão de uso gratuito da área entre os armazéns 4 e 6

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



A proposta da Prefeitura de Santos para o projeto é transformar a área dos antigos armazéns portuários em um espaço de lazer e convivência para a população.
Divulgação/APS

Em julho do ano que vem, quem for ao Centro Histórico de Santos (SP), mais especificamente na região da Alfândega, verá um novo espaço, totalmente revitalizado. É o que prometeu o prefeito da cidade, Rogério Santos, na manhã desta terça-feira (2), ao receber da Autoridade Portuária de Santos (APS) a cessão do armazém 4 e de uma área que, no passado, abrigou os armazéns 5 e 6.



Agora, a Administração Municipal tem à disposição 14 mil metros quadrados para implementar o projeto Parque Valongo, que visa transformar a área entre os armazéns 4 e 6, entre as ruas da Constituição e Riachuelo, no centro, em um espaço de lazer e convivência, dentro do conceito da relação porto-cidade. Os armazéns 7 e 8 também integram a ideia, mas se mantêm geridos pela Autoridade Portuária, que é a responsável pela modernização do espaço.

Na prática, o armazém 4 será restaurado e explorado pelo segmento gastronômico e o terreno dos antigos armazéns 5 e 6 será integrado a este novo empreendimento, abrigando a área aberta do projeto, que ganhará um píer de observação, jardins, novo mobiliário e iluminação, playground, entre outras modificações.

Já os armazéns 7 e 8 serão reformados e passarão a oferecer atividades educacionais e tecnológicas em parceria com universidades. Inclusive, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, que participou da cerimônia de assinatura da cessão da área, 'desafiou' a APS a entregar, também em julho de 2024, a revitalização dos galpões, o que completaria a proposta do novo parque portuário. "O desafio da Autoridade Portuária é que, em julho, quando a prefeitura entregar a parte dela, a autoridade entregue os galpões também", declarou França.

O projeto do Parque Valongo é fruto do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em março entre o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP) e a Autoridade Portuária (APS), com participação da Administração Municipal, a convite do MP como forma de compensação pela atividade portuária no conjunto que está sob proteção ao patrimônio histórico cultural.

Já os recursos para tirar a obra do papel serão divididos: R\$ 15 milhões virão de uma empresa portuária multinacional que, segundo o prefeito, só terá o nome revelado em um prazo de 15 dias, quando deve acontecer também a assinatura para a liberação da verba; e R\$ 20 milhões serão repassados pelo Governo Federal, informou o ministro.

A próxima etapa do projeto é a realização de uma audiência pública para ouvir os anseios e as sugestões da população e entidades que queiram participar do processo. O secretário de Desenvolvimento Urbano de Santos, Glaucus Farinello, afirmou que a reunião de ampla discussão será marcada para este mês e deve ser realizada na Associação dos Engenheiros e Arquitetos do município.

"Por ora, será apenas uma audiência, mas dependendo de como for essa primeira, podemos marcar outras", adiantou Glaucus, afirmando também que o projeto já tem o aval do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural (Condepasa).

"Para cada intervenção precisamos das licenças dos órgãos de defesa de patrimônio, mas é possível fazer tudo isso mantendo a entrega da obra para o ano que vem, adiantando etapas. Agora é fazer a consulta com a população, aprimorar o projeto, firmar a parceria e iniciar a obra neste ano", detalhou o secretário.

O governo do Estado também precisa ser consultado, já que é o responsável, através do Departamento Hidroviário (DH), pela travessia de barcas Santos-Guarujá, que realiza o embarque de passageiros em áreas que receberão as obras. "O livre acesso às barcas permanece, a diferença é que as pessoas vão passar pelo Parque Valongo para acessar as barcas", explica Glaucus.

Roda Gigante e marina

A proposta ainda pode receber novas ideias, como a construção de uma marina e até de uma roda gigante, mas, caso isso aconteça, "serão outros recursos que teremos que buscar", diz Farinello. Já as atividades internas do armazém 4 serão exploradas pela iniciativa privada.



Existe também a possibilidade de uma nova passarela de acesso, semelhante à instalada ao lado da Alfândega, nas imediações do Armazém 4, para facilitar a circulação de pessoas.

Com a cessão dos armazéns, a Administração Municipal tem à disposição 14 mil m² para implementar o projeto Parque Valongo

A cessão do armazém 4 e da área dos antigos armazéns 5 e 6 pelo Governo Federal à Administração Municipal contou ainda com a presença do presidente da APS, Anderson

Pomini; do deputado Estadual Caio França; do presidente da Câmara de Santos, vereador Cacá Teixeira; e do deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre. O encontro ocorreu na sede da Associação Comercial de Santos.

A solenidade contou ainda com a presença do presidente da APS, Anderson Pomini; do deputado estadual Caio França; do presidente da Câmara de Santos, vereador Cacá Teixeira; e do deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos, Paulo Alexandre Barbosa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/05/2023

REGIÃO SUDESTE - MUDANÇA DE LOCAL DO TERMINAL DE PASSAGEIROS É A PRÓXIMA META DO GOVERNO EM SANTOS

Segundo ministro, a ideia é que o equipamento seja instalado na área dos armazéns sob gestão da APS, ficando ao lado do Parque Valongo

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



O Terminal de Passageiros de Santos fica hoje na região do Outeirinhos e seria transferido para a nova área do Valongo Crédito: Divulgação/Concais

Após anunciar que a obra do túnel imerso ligando as duas margens do Porto de Santos (SP) é a prioridade do Governo Federal e da nova gestão da Autoridade Portuária de Santos (APS), bem como ver a região central da cidade revitalizada pelo projeto do Parque Valongo, o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, ressaltou que a próxima meta do Governo Federal para a região é a transferência do Terminal

de Passageiros de Santos – hoje na região do Outeirinhos – para a nova área do Valongo.

Ontem (2), durante a solenidade de cessão de armazéns antigos da União para a prefeitura, França disse que a ideia é que o equipamento, administrado pelo Concais SA, seja instalado na área dos armazéns 1, 2 e 3 (sob gestão da APS), ficando ao lado do Parque Valongo, que começa no galpão 4 e irá se transformar em um espaço de lazer aberto à população.

França destacou que a transferência do equipamento é mais um desafio que a nova gestão da APS irá enfrentar, mas que pode ser feita “em breve”, já que a alteração está no planejamento da estatal, visando aproximar o turismo marítimo ao Centro da Cidade e contribuindo com os projetos de retomada da região em uma iniciativa da prefeitura.

“Vamos agora buscar a transferência do terminal para aquela região (Valongo), que é o lugar adequado, com calado adequado e que vai permitir que o turista contemple o centro histórico, que de tão bonito é requisitado até para gravações de novelas”, citou o ministro.

De acordo com ele, o projeto deve custar R\$ 1 bilhão. “É uma obra bem maior (em relação ao Parque Valongo). R\$ 500 milhões virão da própria empresa e R\$ 500 milhões do governo Federal, o que viabiliza trazer os navios de cruzeiro para a área central da cidade”, disse França.

O ministro também citou que foi informado que 25 prédios de propriedade da Autoridade Portuária de Santos estão abandonados. “Isso não pode acontecer. Nós queremos dar utilidade a eles, transformando em escolas ou ONGs”, explicou, sem ainda citar detalhes de como isso será feito.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/05/2023

REGIÃO NORTE - ARGENTINA, COLÔMBIA E EUA SÃO PRINCIPAIS DESTINOS DAS MOTOS PRODUZIDAS EM MANAUS

Dados são do primeiro trimestre deste ano, registrados pelo Comex Stat

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



No primeiro trimestre deste ano, a Zona Franca de Manaus exportou 10.276 motocicletas, número 2,9% menor do que o volume registrado no mesmo período em 2022 Crédito: Divulgação

Os países que mais compraram as motocicletas produzidas pela Zona Franca de Manaus (ZFM) no primeiro trimestre deste ano foram a Argentina, Colômbia e os Estados Unidos. Os dados são do Comex Stat, sistema do Governo Federal que registra os embarques a cada mês.

A Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo), identificou que os dois principais parceiros comerciais de Manaus foram os dois países do Mercosul: Argentina (com 33,1% das exportações) e Colômbia (com 25,5% das exportações). Os Estados Unidos representaram 20,5% dos embarques no período.

No primeiro trimestre deste ano, a Zona Franca de Manaus exportou ao todo 10.276 motocicletas. O número é 2,9% menor, se comparado ao primeiro trimestre do ano passado, quando foram exportadas 10.587 unidades.

Apesar da queda no primeiro trimestre, o presidente da Abraciclo, Marco Antônio Bento, disse que a estimativa é alcançar 59 mil unidades neste ano, o que representa um aumento de 6,6% nas exportações.

Segundo ele, o Brasil exporta para mais de 40 países, o que demonstra que os produtos produzidos pela Zona Franca de Manaus “atendem o mais alto padrão de qualidade”.

Mercado interno

No Brasil, a região Sudeste é a que mais recebeu as motos produzidas pela ZFM nos três primeiros meses do ano, sendo São Paulo e Minas Gerais os estados que lideram os pedidos, aponta a Abraciclo.

Por regiões, o mercado interno se distribui da seguinte forma: Sudeste, com 137.923 unidades e 38,6% do mercado; Nordeste, com 105.667 unidades e 29,6% do mercado; Norte com 45.736 motocicletas e 12,8% do mercado; Centro-Oeste com 34.728 unidades e 9,7% do mercado; e Sul, com 33.155 motocicletas e 9,3% do mercado.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/05/2023

OPINIÃO – DIREITO - CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONVENÇÃO Nº 185 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SUA APLICAÇÃO AO TRABALHO DOS TRIPULANTES ESTRANGEIROS

CELSO PEEL

desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), vice-presidente da Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo e presidente do Conselho Jurídico do Centro de Estudos Brasil Export

PEDRO CALMON NETO,

advogado no escritório Pedro Calmon Filho & Associados
opinio@portalbenews.com.br



Como é sabido, o Brasil ratificou a Convenção nº 108 em 05/11/1963, denunciando-a em 21/01/2010, quando ratificou a Convenção nº 185, nos termos do seu artigo 13, o qual prevê denúncia imediata, ao ser adotada uma nova convenção que importe em sua revisão total ou parcial.

Ambas as convenções especificam a vinculação apenas aos seus Estados Partes, ou seja, não podem ser exigidas de um navio arvorando a bandeira de um Estado não Parte.

No ano de 2003, em substituição à Convenção OIT nº 108, foram editadas novas regras com mais garantias e, ao mesmo tempo, mais rígidas, para a expedição dos documentos de identidade da “Gente do Mar”, surgindo desta forma a Convenção OIT nº 185.

O Brasil, em 21/01/2010, atento às novas normas protetivas, denunciou a Convenção OIT 108 da qual era signatário, ao ratificar a Convenção OIT 185.

Nos termos do artigo 1, item 1, da Convenção OIT nº 185, “o termo marítimo e a locução gente do mar designam toda e qualquer pessoa empregada, contratada ou que trabalhe em qualquer função a bordo de uma embarcação, que não seja de guerra e que esteja dedicada habitualmente à navegação marítima”.

Atendidos os requisitos específicos da convenção, a expedição do Documento de Identidade da Gente do Mar, também conhecido como SID ou Seaman’s Book, é garantida a todos os nacionais daquele país em que a convenção esteja em vigor.

Em termos práticos, a convenção serve para que o tripulante estrangeiro de embarcação marítima de curso internacional possa desembarcar no território nacional, ou “descer à terra”, durante a permanência da embarcação no porto apresentando a sua SID ou Seaman’s Book [1], ou seja, sem a necessidade de portar visto.

Em que pese a ratificação, pelo Brasil, da Convenção OIT nº 185, no ano de 2010, e a Polícia Federal ter começado a exigí-la a partir do ano de 2011, apenas em 05/11/2019 é que a Convenção foi promulgada pelo Brasil, através do Decreto nº 10.088/2019.

Ocorre que, pouco tempo depois, surgiu a crise sanitária ocasionada pela pandemia de Covid-19 e muitos países se viram impedidos de expedir a SID com base na Convenção OIT nº 185, razão pela qual as autoridades migratórias, em caráter temporário, flexibilizaram o ingresso de tripulantes portadores da SID, ainda emitidas com base na Convenção OIT nº 108. No caso do Brasil, a flexibilização ocorreu através de portarias e MOC’s (Mensagens Oficiais Circulares), sendo que a última MOC expedida possui validade somente até 30/04/2023.



Antes mesmo do fim desse prazo, a Coordenadoria Geral de Imigração da Polícia Federal em Brasília havia antecipado que não haveria mais prorrogação da flexibilização e que, a partir de 01/05/2023, passaria a exigir a SID de acordo com os termos da Convenção OIT nº 185.

Desta forma, temos que, a princípio, salvo apresentação de visto próprio, somente marítimos portando a SID emitida por países que ratificaram a Convenção OIT nº 185 e nos moldes da convenção, conseguirão ingressar em território brasileiro, de forma regular.

DA ENTRADA DO MARÍTIMO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO POR MEIO DE VISTO DE TRABALHO:

A Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), em síntese, dispõe sobre os direitos e deveres do migrante e do visitante, regulando a sua entrada e estada no território nacional. No seu art. 5º, que trata sobre a situação documental do migrante e do visitante, considera que são documentos de viagem, dentre outros, o passaporte e a carteira de identidade de marítimo, a SID.

O visto, por sua vez, dá ao seu titular a expectativa de ingresso em território nacional e pode ser concedido em caráter temporário para finalidade de trabalho (art. 14, I, "e" da Lei 13.445/2017). Ainda na referida Lei, é estabelecido que não se exigirá do marítimo o visto temporário de trabalho quando ingressar no Brasil em viagem de longo curso e apresentada a SID (art. 14, § 7º da Lei 13.445/2017).

ATENDIDOS OS REQUISITOS ESPECÍFICOS DA CONVENÇÃO, A EXPEDIÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DA GENTE DO MAR, TAMBÉM CONHECIDO COMO SID OU SEAMAN'S BOOK, É GARANTIDA A TODOS OS NACIONAIS DAQUELE PAÍS EM QUE A CONVENÇÃO ESTEJA EM VIGOR. EM TERMOS PRÁTICOS, A CONVENÇÃO SERVE PARA QUE O TRIPULANTE ESTRANGEIRO DE EMBARCAÇÃO MARÍTIMA DE CURSO INTERNACIONAL POSSA DESEMBARCAR NO TERRITÓRIO NACIONAL, OU "DESCER ÀTERRA", DURANTE A PERMANÊNCIA DA EMBARCAÇÃO NO PORTO APRESENTANDO A SUA SID OU SEAMAN'S BOOK, OU SEJA, SEM A NECESSIDADE DE PORTAR VISTO.

Quanto às viagens de longo curso, os preceitos da Convenção OIT nº 185 serão aplicados, mas para as viagens de cabotagem, aplica-se a Resolução Normativa CNIG nº 6 de 2017 – RN06.

A RN06 disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira e, nos termos do art. 3º, trata sobre o pedido de autorização de residência para fins de concessão do visto temporário, com prazo de duração de até 02 (dois) anos, que pode ser renovado.

Para essa hipótese de ingresso do marítimo no território nacional, sabe-se que a RN06 estabelece uma regra de proporcionalidade entre brasileiros e estrangeiros, visando proteger interesses de trabalhadores brasileiros quando a embarcação permanece em AJB por prazo superior a 90 dias contínuos.

Assim sendo, para marítimos que ingressem no País, por meio de visto de trabalho emitido conforme a RN06, não é exigida a apresentação da SID para permanência ou trabalho a bordo dos navios admitidos temporariamente em AJB.

Neste sentido, para os marítimos que laboram em águas jurisdicionais brasileiras, com visto de trabalho, emitidos sob a égide da RN06, nada será alterado com a entrada em vigor da Convenção OIT nº 185.

DA ENTRADA DO MARÍTIMO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO POR MEIO DE APRESENTAÇÃO DE SID:



Não obstante o tópico acima, é permitido o ingresso de marítimos com a SID, desde que o(s) país(es) que tenha(m) emitido a(s) SID(s) tenham ratificado e emitam os referidos documentos com base nos preceitos da Convenção OIT nº 185.

Os seguintes países ratificaram [2] a Convenção OIT 185: Albânia, Antigua e Barbuda, Azerbaijão, Bahamas, Bangladesh, Bósnia e Herzegovina, Brasil, Cazaquistão, Congo, Croácia, Espanha, França, Filipinas, Geórgia, Hungria, Ilhas Marshall, Índia, Indonésia, Iraque, Jordânia, Quênia, Kiribati, Luxemburgo, Madagascar, Maldivas, Montenegro, Myanmar, Nigéria, Paquistão, República da Coreia, República da Moldávia, Rússia, Sri Lanka, Tunísia, Turcomenistão, Tanzânia, Vanuatu e Yemen.

Caso o marítimo não possua a SID de um dos países acima listados, só poderá ingressar em território nacional se possuir o visto necessário para tal. Para que possamos comparar, os países (52 no total) a seguir são signatários da Convenção OIT no. 108 e não ratificaram, ainda, a Convenção OIT nº 185, de forma que os marítimos que possuam SID destes países, não poderão utilizá-la para o ingresso no Brasil, são eles: Argélia, Angola, Barbados, Bielorrússia, Belize, Bulgária, Camarões, Canadá, Cuba, República Tcheca, Dinamarca, Djibouti, Dominica, Estônia, Fiji, Finlândia, Gana, Grécia, Granada, Guatemala, Guiné-Bissau, Guiana, Honduras, Islândia, Irã, Irlanda, Itália, Quirguistão, Letônia, Libéria, Lituânia, Malta, Ilhas Maurício, México, Marrocos, Noruega, Panamá, Polônia, Portugal, Romênia, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Seychelles, Eslovênia, Ilhas Salomão, Suécia, Tajiquistão, Turkiye, Ucrânia, Uruguai, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Destacamos, a título de exemplo, que dos 10 (dez) maiores países de registro de bandeira, sendo eles, Panamá, Ilhas Marshall, Libéria, Bahamas, Hong Kong, Malta, Singapura, China, Itália e Grécia [3], temos que Panamá, Libéria, Malta, Itália e Grécia não ratificaram a Convenção OIT nº 185, mas ratificaram a Convenção OIT nº 108, e Hong Kong, Singapura e China não ratificaram nenhuma das duas convenções.

Para os marítimos que possuam SID dos países listados, bem como em relação a demais tripulantes de países que não tenham ratificado a Convenção OIT 185, é necessário solicitar a emissão de visto.

Importante destacar que diversos países de Bandeira expedem o Seaman's Book para marítimos, independentemente de sua nacionalidade, e, tal SID, ele poderá ser utilizado para o ingresso em território nacional, se o país tiver ratificado a Convenção OIT nº 185.

Por último, importante mencionar que os navios de bandeira estrangeira que operem em águas jurisdicionais brasileiras, de forma temporária, regularmente inscritos na Autoridade Marítima (logo, possuidores do Atestado de Inscrição Temporária de Embarcação Estrangeira), com a entrada em vigor da Convenção OIT nº 185, não sofrerão qualquer impacto, visto que tais tripulantes possuem autorização para o trabalho com o respectivo visto temporário.

[1] SID – Seafarers' Identity Document ou Seaman's Book – Carteira de "Marítimo", no Brasil o documento do aquaviário, expedido pela Autoridade Marítima e denominada CIR – Caderneta de Inscrição e Registro.

[2] Informação atualizada em 21/04/2023 – site: https://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:312330

[3] Fonte: Review of Maritime Transport 2022 – www.unctad.org

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/05/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SENADO APROVA PROJETO QUE REGULAMENTA PRATICAGEM

Informações: Praticagem do Brasil (3 de maio de 2023)

A Comissão de Infraestrutura do Senado aprovou o Projeto de Lei 877/2022, do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que regulamenta o serviço de praticagem. Foram 15 votos favoráveis e nenhum contrário. Por se tratar de um projeto terminativo aprovado por comissão permanente, a proposta segue direto para apreciação da Câmara dos Deputados.

O texto acrescenta, na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997), parâmetros de funcionamento da atividade presentes nas Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem (NORMAM-12/DPC). O objetivo é conferir status legal à regulamentação infralegal da Marinha do Brasil, trazendo mais segurança jurídica e estabilidade regulatória.

Entre esses parâmetros, estão a escala de rodízio única de atendimento aos armadores, estabelecida pela Marinha para garantir a disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do prático e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação. Ao mesmo tempo, a escala dá autonomia para o prático tomar sempre a decisão mais segura a bordo, sem pressão comercial do armador, que não escolhe quem vai atendê-lo. O sistema atende aos princípios de segurança da Resolução A.960 da Organização Marítima Internacional (IMO).

Outro critério que o projeto insere na lei é a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta, salvo as previstas em regulamento da Autoridade Marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira, como é o caso dos comboios de balsas que levam a produção do agronegócio pelos rios. Essa exceção, já prevista na NORMAM-12, foi incluída pelo relator da matéria, senador Weverton Rocha (PDT-MA).

De acordo com o texto, a Autoridade Marítima poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até cem metros de comprimento, com pelo menos 2/3 da tripulação brasileira.

A proposta também deixa claro que o preço do serviço será livremente negociado entre os tomadores e prestadores, “reprimidas quaisquer práticas de abuso do poder econômico” pela autoridade competente, a Marinha do Brasil, de acordo com a Lei 9.537/1997. A ressalva foi mais uma emenda do relator. Ele suprimiu ainda o trecho que restringia o acesso ao processo seletivo para praticante de prático a oficiais de náutica e práticos com intenção de mudar de zona de praticagem. Com isso, mantém-se a possibilidade aberta a qualquer pessoa com curso superior e habilitação de mestre-amador.

Para o presidente da Praticagem do Brasil e vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos (IMPA), prático Ricardo Falcão, o projeto do senador Nelsinho Trad é uma boa iniciativa para aperfeiçoar a regulação:

– A Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário trata da praticagem de forma muito sucinta. O restante está no decreto que a regulamenta (Decreto 2.596/1998), mas a parte principal se encontra na NORMAM-12 da Diretoria de Portos e Costas, que é infralegal. Colocar essas normas em lei, procedimentos mundiais de segurança, evita questionamentos ao poder discricionário da Marinha, empoderando a Autoridade Marítima.



Falcão acha importante que o projeto tenha sido fruto de amplo debate na Comissão de Infraestrutura. Para chegar ao consenso, durante a elaboração do seu relatório, o senador Weverton ouviu diferentes players do setor.

No dia 24 de abril, ele promoveu longa reunião com senadores do Norte e Nordeste; liderança do governo; Marinha; Ministério dos Portos e Aeroportos; Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq); Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac); Associação de Terminais Portuários Privados (ATP); Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional do Transporte (CNT); Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA); Frente Parlamentar de Logística (FPL); Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove); Logística Brasil; Cabal (exportadora de alumínio); além das entidades ligadas à Praticagem do Brasil.

“Não nos furtamos a receber contribuições de diversas entidades da sociedade civil ligadas ao transporte aquaviário. Reunimo-nos ainda com o governo federal, Autoridade Marítima, armadores, representantes do agronegócio, do comércio, da indústria, do transporte de cargas, dos terminais portuários, da navegação interior, entre tantas outras associações. Assim, durante a construção do texto, identificamos oportunidades de melhorias que visam a contribuir com a segurança jurídica e a estabilidade regulatória da atividade”, escreveu o senador em seu parecer.

Sobre a praticagem

A Praticagem do Brasil é a atividade que conduz os navios em segurança na entrada e saída dos portos, tanto na sua navegação no canal de acesso quanto na atracação e desatracação. O serviço é realizado a bordo pelo prático, ou piloto nos outros países, profissional que embarca de sua lancha no navio em movimento, a partir de uma escada estendida no costado da embarcação.

Além do risco que corre a cada embarque e desembarque, o prático administra uma grande responsabilidade para a sociedade, pois ele vai a bordo para evitar acidentes que podem provocar severa poluição ambiental, mortes, danos ao patrimônio público e privado e fechamento de um porto para a economia.

Responsável por lei pela segurança da navegação, a Marinha do Brasil é quem disciplina a atividade e seleciona os práticos para trabalhar na iniciativa privada. Em cada zona de praticagem, o serviço é distribuído aos profissionais por meio da escala de rodízio única.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 03/05/2023

LUCRO DA BUNGE SUPERA EXPECTATIVAS COM FORTE DEMANDA POR ALIMENTOS E BIOCOMBUSTÍVEIS

Informações: Moneytimes (3 de maio de 2023)

A trading de commodities agrícolas Bunge superou as estimativas de Wall Street para o lucro do primeiro trimestre divulgado nesta quarta-feira, ajudado por fortes margens de esmagamento e alta demanda por alimentos, rações e biocombustíveis.

A empresa reportou lucro líquido ajustado de 3,26 dólares por ação para os três meses encerrados em 31 de março, em comparação com a estimativa média dos analistas de 3,24 dólares por ação, segundo dados da Refinitiv.

A Bunge disse que os resultados foram fortes em todas as regiões em seu segmento de óleos refinados e especiais, principalmente nas Américas do Norte e do Sul, refletindo tendências favoráveis da demanda por alimentos e combustíveis.

A guerra na Ucrânia reduziu os embarques de safras do país, que é rico em grãos, impulsionando os preços em um momento em que a demanda por commodities agrícolas está alta.



A Bunge e seus pares Archer-Daniels-Midland Co., Cargill Inc e Louis Dreyfus Co ganham dinheiro processando, comercializando e despachando safras em todo o mundo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/05/2023

VENDAS DE VEÍCULOS TÊM ALTA DE 9,2% EM ABRIL

Informações: Brasilagro (3 de maio de 2023)

As vendas de veículos tiveram em abril alta de 9,2% na comparação com o mesmo mês do ano passado. Apesar do crescimento, o mercado segue em ritmo que frustra a indústria e faz as montadoras segurarem a produção na tentativa de evitar um grande acúmulo de estoque.

Entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus, 160,7 mil unidades foram comercializadas em abril, um volume ainda distante dos resultados de antes da pandemia – quatro anos atrás, as vendas chegaram a 231,9 mil veículos no mesmo mês.

Assim como em março, as vendas diárias seguiram abaixo de 9 mil unidades, porém, como abril teve cinco dias úteis a menos, a variação de um mês para o outro foi negativa em 19,2%. Agora, o crescimento acumulado desde o início do ano está em 14,4% frente a igual período de 2022, com 632,5 mil veículos emplacados de janeiro a abril.

Esse avanço, no entanto, é explicado pela limitação de oferta de carros de um ano atrás, quando as linhas de montagem sofriam com a falta de componentes eletrônicos. Em 2019, uma referência “limpa” de efeitos da pandemia ou da crise de oferta, o mercado já tinha registrado 207 mil unidades a mais nos quatro primeiros meses.

Obtido pelo Estadão/Broadcast com fontes da indústria automotiva, os números estão sujeitos a leves ajustes nos balanços oficiais a serem divulgados amanhã pela Fenabreve, a associação das concessionárias, e na segunda-feira pela Anfavea, entidade que representa as montadoras (O Estado de S.Paulo, 3/5/23)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/05/2023

BRASIL AUMENTA SUPERÁVIT COMERCIAL EM ABRIL

Informações: ANBA (3 de maio de 2023)

São Paulo – As exportações brasileiras recuaram 0,3% em receita em abril sobre o mesmo mês do ano passado, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) divulgados nesta segunda-feira (01). As vendas somaram US\$ 27,37 bilhões.

As importações brasileiras também caíram em abril, em percentual maior que as exportações, ou 2,6%, somando US\$ 19,14 bilhões. Com isso, a balança comercial do Brasil registrou superávit de US\$ 8,2 bilhões, com alta de 5,5%, apesar na queda das vendas externas.

O desempenho de abril foi resultado de uma alta de 13,7% nas vendas internacionais de produtos da agropecuária, mas uma queda de 6,6% nas exportações da indústria extrativa e uma diminuição de 6,3% na comercialização da indústria de transformação.

Segundo o Mdic, a retração de abril foi puxada principalmente pela queda na receita da exportação de milho, café não torrado e algodão em bruto. Também caíram as vendas de produtos como minério de ferro, linhita e turfa, petróleo e carne bovina.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

MINAS E ENERGIA ESTUDA COMO REVOGAR CONTRATAÇÃO OBRIGATÓRIA DE TÉRMICAS A GÁS NATURAL

"Está sendo debatida tecnicamente e eu me senti muito à vontade na oportunidade de trazer ao próprio Congresso Nacional e iniciar esse debate", afirma Alexandre Silveira

Por Larissa Fafá 3 de maio de 2023 Em Mercado de gás, Política energética, Setor elétrico



Ministro Alexandre Silveira apresenta propostas e programas prioritários do MME na CME na Câmara (Foto: Will Shutter/Câmara dos Deputados)

BRASÍLIA — O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), afirmou que a pasta estuda enviar ao Congresso Nacional uma proposta para revisar a obrigatoriedade da contratação de 8 GW de geração termelétrica, criadas pela aprovação da privatização da Eletrobras.

Segundo Silveira, a proposta "ainda não é uma ideia do governo", e sim do Ministério de Minas e Energia (MME).

"Está sendo debatida tecnicamente e eu me senti muito à vontade na oportunidade de trazer ao próprio Congresso Nacional e iniciar esse debate aqui. Isso é um respeito à casa legislativa, que aprovou a lei de a lei da Eletrobras", afirmou o ministro.

A contratação de 8 GW térmicos a gás natural foi uma das contrapartidas do Congresso Nacional para autorizar a privatização da Eletrobras e contou com apoio do governo de Jair Bolsonaro (PL).

Também garantiu que os leilões já previstos para esse ano dentro da contratação da MP da Eletrobras — como o de agosto — seguem garantidos no calendário.

No ano passado, o certame realizado não contratou nenhum projeto capaz de ampliar a malha de gasodutos no Nordeste, onde havia previsão de contratar 1 GW no Piauí e no Maranhão.

Silveira defende que há, atualmente, condições de segurança energética que consigam solucionar a questão da intermitência das renováveis com desenvolvimento de novas tecnologias de armazenamento e expansão da transmissão, por exemplo.

São alternativas defendidas por empresas e entidades do setor de geração de energia renovável, especialmente a eólica, que se opuseram às emendas das térmicas na MP da Eletrobras.

Não deixaria de lado completamente a importância das térmicas para a segurança do sistema, mas privilegiaria a contratação de usinas flexíveis no planejamento energético.

"Acho que o custo benefício para o consumidor é maior se nós diminuirmos os investimentos em térmicas e estimularmos os sentimentos nas hidráulicas e nas renováveis", disse.

Além de criticar a contratação das termelétricas, o político mineiro criticou ainda a própria capitalização da Eletrobras que, segundo Silveira, foi feita de forma inadequada.

“A golden share que foi aprovada não garante nada, é fraca. Não é uma questão do mérito do ministro de Minas e Energia que, na minha opinião, é a modicidade tarifária, mas é um debate que precisa ser feito”, completou.

Revisão da contratação foi defendida por equipe de transição

A necessidade de rever a contratação das termelétricas instituídas pela MP da Eletrobras foi uma das principais sugestões feitas pelo gabinete de transição de Minas e Energia no final do ano passado.

Já adiantaram, na época, que a decisão teria que passar pelo crivo do legislativo e precisaria de articulação do governo federal.

Segundo cálculos da equipe de transição, as ações do governo passado deixaram uma conta de R\$ 500 bilhões na tarifa de luz — sendo que R\$ 368 bilhões seriam apenas da obrigatoriedade de contratação de térmicas inflexíveis a gás natural.

O coordenador do gabinete à época, Maurício Tolmasquim, categorizou a contratação de “irracionalidade ambiental e um crime contra o consumidor de energia”.

Tolmasquim, que hoje ocupa a nova diretoria da Petrobras de Transição Energética, defende que é preciso dar prioridade às indústrias no fornecimento de gás natural nos próximos anos.

“Na Europa e nos Estados Unidos, a geração de energia termelétrica [a gás] é considerada transição energética, porque emite menos que as outras fontes fósseis, como o carvão. No Brasil, como a gente tem uma matriz muito renovável, a geração de energia [a gás] não é bem considerada transição. Mas no setor industrial é”, comentou recentemente à agência epbr.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/05/2023

GOVERNO QUER CONTRAPARTIDA SOCIAL PARA RENOVAR CONCESSÕES DE ENERGIA

Ministro afirma que novos contratos de distribuidoras de energia deverão ser acompanhados de contrapartidas sociais; tema é urgente

Por epbr 3 de maio de 2023 Em Comece seu Dia, Setor elétrico



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), defendeu que a renovação das concessões das distribuidoras de energia elétrica seja ancorada, como contrapartida, em investimentos para aumentar a qualidade dos serviços.

— A proposta foi defendida, nesta terça-feira (2/05), em reunião, em Brasília, com equipes das distribuidoras com concessões por vencer. “Não podemos abrir mão destas contrapartidas sociais”.

— Silveira citou eficiência energética e, principalmente, o atendimento dos clientes de baixa e de média tensão “para melhorar a qualidade dos serviços do segmento de distribuição”.

Urgência. As regras para a renovação dos contratos deveriam ter sido estabelecidas em 2022. A primeira, da EDP Espírito Santo, vence em 2025.



– A Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) defende que a renovação seja feita sem pagamento de outorga pelas companhias. (Valor)

– Em março, Silveira já havia defendido a renovação das concessões sem “outorga e onerosidade” às distribuidoras. Na ocasião, ele disse que poderia haver previsão nos contratos para “melhorar a qualidade dos serviços das distribuidoras”. (Poder 360)

Aneel dá 90 dias para melhoria dos serviços. Depois de dois anos acompanhando o desempenho de seis distribuidoras privatizadas da Eletrobras, a agência advertiu e concedeu prazo de 90 dias para correção de problemas, sob pena de instauração de processo administrativo punitivo.

— A decisão contempla a Amazonas Energia, Energisa Acre, Energisa Rondônia, Equatorial Alagoas, Equatorial Piauí e Roraima Energia.

Crises. A discussão sobre a renovação das concessões acontece num momento em que concessionárias importantes, como a Light, Enel Rio de Janeiro e Amazonas Energia, vivem crises associadas ao aumento das perdas, sobretudo por furto de energia.

André Pepitone retorna à Itaipu. Lula nomeou o ex-diretor da Aneel como diretor financeiro de Itaipu Binacional. Pepitone já havia ocupado o mesmo cargo entre maio de 2022 a março de 2023.

Protagonismo do MME no conselho da Petrobras é natural, diz Silveira. Ministro diz que é preciso dizer “em alto e bom tom” que a União é controladora da petroleira. Alexandre Silveira reiterou, ainda, que política de preços da companhia é “algo que tem que ser rediscutido”. (epbr)

Petrobras corta preço do QAV pelo 3º mês seguido. Empresa reduziu em 11,5% o preço do derivado vendido à distribuidoras em maio. Queda acumulada do combustível no ano é de 25,6%. No mercado de querosene de aviação, os contratos da Petrobras preveem ajustes mensais. (Reuters)

Petróleo recua 5%. Contrato do Brent para julho despencou para US\$ 75,32, após investidores renovarem seus temores sobre a saúde do setor bancário e da atividade econômica dos Estados Unidos. (Valor)

ANP autoriza retomada de mais seis ativos do Polo Bahia Terra. Petrobras informou que iniciou os procedimentos para o “retorno seguro do processo produtivo” de seis instalações nos campos de Taquipe, Buracica, Fazenda Alvorada, Rio do Bu e Cidade de Entre Rios, na Bacia do Recôncavo. (epbr)

– O aval da ANP possibilitará o reestabelecimento de 43% da produção do polo, somados os ativos recém-liberados às instalações já autorizadas a retomarem a operação.

– A ANP paralisou a operação do Polo Bahia Terra no fim de 2022 após fiscalização identificar problemas de integridade. A Petrobras, no governo Bolsonaro, colocou o ativo à venda, mas o novo comando da petroleira está revendo o desinvestimento.

Navio a GNL atraca pela primeira vez no Brasil. O navio MV Ubuntu Loyalty da Anglo American foi recebida no terminal portuário de minério de ferro administrado pela Ferroport, no Porto do Açú, em São João da Barra (RJ). (epbr)

Investimentos em H2 verde devem chegar até US\$ 12 trilhões entre 2025 e 2050. Boston Consulting Group (BCG) estima que os investimentos em produção e transporte de hidrogênio verde serão influenciados por políticas econômicas regionais. (epbr)

Audi, Porsche e Raízen investem R\$ 24 milhões em recarga para veículos elétricos. Parceria vai instalar 20 estações Shell Recharge até março de 2024. (epbr)

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/05/2023

TOLMASQUIM: PETROBRAS AVALIA PRIORIZAR GÁS PARA A INDÚSTRIA

"Não gosto da palavra 'interiorização', não é disso que estamos falando"

Por epbr 3 de maio de 2023 Em Mercado de gás, Transição energética



Maurício Tolmasquim, diretor da Petrobras (foto: EWEA)

HOUSTON, TX – A Petrobras entende que é preciso dar prioridade às indústrias no fornecimento de gás natural nos próximos anos, mas sem sacrificar a margem de lucro, disse à epbr o novo diretor de Transição Energética, Maurício Tolmasquim.

O executivo, que se dedicou em anos recentes aos debates sobre descarbonização, defende que o gás natural tem um papel a cumprir na redução de emissões da produção industrial no Brasil.

Mas para fazer sentido, é preciso atender os mercados em que o fornecimento de gás natural for competitivo. "O gás [natural] deve entrar onde ele for competitivo. Então eu não gosto muito da palavra "interiorização". Eu acho que [devemos] atender os mercados em que ele realmente seja competitivo", disse.

Maurício Tolmasquim conversou com a epbr na Offshore Technology Conference (OTC), em Houston, Texas (EUA), em sua primeira entrevista exclusiva após assumir oficialmente o cargo de diretor da Petrobras.

Gás natural na transição da indústria

Tolmasquim é um crítico contratação obrigatória das térmicas a gás natural na base, contrapartida do Congresso Nacional para aprovar a privatização da Eletrobras. A lei prevê 8 GW, preferencialmente em regiões não atendidas por infraestrutura de gás.

Em declarações passadas, antes de ser escolhido para o cargo na petroleira, ele já defendeu que as térmicas na base acabam por desperdiçar o potencial de energias renováveis do país. O posicionamento consta no relatório do gabinete de transição, do qual Tolmasquim fez parte.

"Na Europa e nos Estados Unidos, a geração de energia termelétrica [a gás] é considerada transição energética, porque emite menos que as outras fontes fósseis, como o carvão. No Brasil, como a gente tem uma matriz muito renovável, a geração de energia [a gás] não é bem considerada transição. Mas no setor industrial é", comentou.

A intenção da companhia, afirmou Tolmasquim, é ampliar o fornecimento ao setor industrial em situações em que o energético seja competitivo com fontes alternativas. Não se trata, portanto, segundo ele, de um plano de interiorização do gás. "Não gosto da palavra 'interiorização' do gás. Não é disso que a gente está falando"

Tolmasquim diz que a ideia é atender à demanda da indústria por mais gás e tentar ser mais competitivo nos preços. "É uma demanda da sociedade, uma demanda do mercado. E a gente vai olhar isso como um mecanismo de redução de emissões", disse.

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, já sinalizou a intenção de rever a fórmula de preços do gás natural, para dar mais peso aos custos domésticos de produção na precificação da molécula do gás.

Como diretor de Transição Energética, Tolmasquim coordena as atividades de descarbonização, mudanças climáticas, novas tecnologias e sustentabilidade, além das atividades comerciais de gás natural.

“O nosso grande desafio é tentar privilegiar o atendimento a esse setor industrial. Uma necessidade é que a gente tenha um processo de comercialização para tornar os produtos mais acessíveis, claro que mantendo todos os critérios de empresa, de lucratividade”, diz.

Nova diretoria de transição energética

Na entrevista à epbr, afirmou também que, o plano da companhia para reduzir sua pegada de carbono nos próximos anos levará à diversificação do investimento em renováveis – além das eólicas offshore – e à busca de parcerias com outras empresas.

Afirma que, sem deixar de ser uma empresa de petróleo, a Petrobras precisa recuperar “o tempo perdido” e reduzir as emissões dos seus produtos. “O grande desafio que temos é tornar os produtos da Petrobras mais verdes, dado que na descarbonização em si dos processos produtivos, estamos bem”.

Grande desafio da Petrobras será tornar os seus produtos mais verdes, diz Maurício Tolmasquim. Tolmasquim assumiu oficialmente em 1º de maio, quando foi concluída a reestruturação da Petrobras. No fim de março, atuou como gerente executivo de Estratégia da Petrobras, área responsável por elaborar os planos plurianuais de investimento e planejamento de longo prazo da companhia.

Mestre em Engenharia de Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maurício Tolmasquim é professor titular da COPPE/UFRJ.

Foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal de planejamento vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), de 2004 a 2016, nos governos Lula e Dilma Rousseff. Também foi secretário executivo de Minas e Energia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/05/2023

GRANDE DESAFIO DA PETROBRAS SERÁ TORNAR OS SEUS PRODUTOS MAIS VERDES, DIZ MAURÍCIO TOLMASQUIM

Em entrevista à epbr, a primeira após assumir a recém-criada Diretoria de Transição Energética, Tolmasquim explica os planos da nova pasta para reduzir a pegada de carbono

Por epbr 3 de maio de 2023 Em Biocombustíveis, Hidrogênio, Mercado de gás, Transição energética, Vídeos

HOUSTON, TX – No que depender do novo diretor de Transição Energética da Petrobras, Maurício Tolmasquim, o plano da companhia para reduzir sua pegada de carbono nos próximos anos levará à diversificação do investimento em renováveis – além das eólicas offshore – e à busca de parcerias com outras empresas.



“Sem dúvida a gente tende a diversificar o portfólio de renováveis e não ficar apenas na eólica offshore”, disse Tolmasquim à epbr, em sua primeira entrevista após assumir a pasta, durante a Offshore Technology Conference (OTC), em Houston, no Texas (EUA).

Maurício Tolmasquim, diretor de Transição Energética da Petrobras, durante a OTC 2023, em Houston (Agência Petrobras)



“Temos aí tecnologias onshore, a questão do hidrogênio. O CCUS [sistema de captura e uso de carbono] também é forte candidata. Então a ideia é diversificar essas fontes na área de baixo carbono.”

Afirma que, sem deixar de ser uma empresa de petróleo, a Petrobras precisa recuperar “o tempo perdido” e reduzir as emissões dos seus produtos. “O grande desafio que temos é tornar os produtos da Petrobras mais verdes, dado que na descarbonização em si dos processos produtivos, estamos bem”.

Prioridade para sociedades com a Petrobras

Segundo Maurício Tolmasquim, esses novos projetos devem ser desenvolvidos em parceria com outras empresas, para dividir investimento, risco e trocar conhecimento.

“A nossa ideia é fazer projetos prioritariamente em parceria com outras empresas”, explica. “A gente acha que fazer junto tem várias vantagens. A primeira é que você divide o capex [investimento]. Depois, compartilha conhecimento, reparte risco. Então, há uma série de vantagens em fazer isso.”

Tolmasquim ressaltou que a revisão do plano estratégico da Petrobras para o período de 2024-2028 ainda está em análise e vai ser concluído no fim deste ano. Mas adiantou à epr as tendências e os caminhos que estão sendo discutidos pela companhia para a descarbonização de suas atividades.

Hidrogênio de baixo carbono a partir do gás natural

Entre as fontes que devem ser alvo da empresa, está o hidrogênio de baixo carbono, inclusive o hidrogênio azul, disse o executivo. Nessa rota, o produto é obtido a partir do gás natural, combinado com soluções para mitigação de emissões.

“Eu acho que há estrutura para implementar tanto o hidrogênio azul, aquele produzido com gás natural, quanto o hidrogênio verde. As duas vias estão sendo exploradas pela Petrobras. Hoje, o hidrogênio, verde ou azul, ainda não é comercialmente viável, mas a tendência é ficar”, diz.

Eletrificação e hidrogênio nas atividades industriais

O executivo reforça a tendência de eletrificação das atividades industriais da Petrobras. “No mundo, a eletrificação é um dos caminhos da descarbonização. Usar a eletricidade, substituindo combustíveis fósseis, produzida a partir de produtos e energias renováveis. Tudo que puder ser eletrificado será eletrificado. Isso é uma tendência também na Petrobras”, diz.

Atualmente, a companhia tem planos de contratação de duas plataformas (FPSO) de grande porte, totalmente eletrificadas para campos do pré-sal. No plano aprovado antes da mudança de governo, há US\$ 3 bilhões no orçamento para as licitações das unidades Atapu 2 e Sépia 2, com operação prevista para depois de 2027.

No refino, um caminho é o hidrogênio verde, elemento da descarbonização de processos e novos produtos.

“É claro que há processos nos quais a eletricidade não consegue substituir o combustível fóssil. Nessas áreas, o hidrogênio verde passa a ser uma alternativa. No que diz respeito ao refino, temos tanto a possibilidade do uso do hidrogênio verde, mas também a possibilidade de biorrefino”, explica.

A Petrobras produz, atualmente, diesel obtido a partir do coprocessamento de óleo vegetal na refinaria do Paraná. Planeja, para o futuro, investir em novas plantas do tipo e unidades dedicadas. Sinalizou recentemente que esse pode ser um dos projetos da retomada de investimentos no antigo Comperj, hoje polo Gaslub, em Itaboraí (RJ).

Escopo 3: oferta de produtos verdes

Tolmasquim diz que a “Petrobras vai continuar sendo uma empresa de petróleo”. E, assim, precisa recuperar o tempo perdido para se posicionar em um mercado futuro que vai consumir menos óleo e será mais exigente com práticas climáticas.

“A demanda de petróleo a longo prazo tende a cair no mundo e, portanto, todas as empresas petrolíferas estão se preparando para um horizonte em que o mercado será menor”, diz.

“Hoje, as financiadoras de investimento na área de petróleo – ou em qualquer outra empresa – têm entre um dos seus critérios o quanto as empresas estão investindo em outras tecnologias de baixo carbono (...). O mesmo acontece com os acionistas, por exemplo, fundos de pensão internacionais”.

Nesse sentido, é preciso reduzir não apenas a intensidade de carbono da produção e refino, mas também dos produtos, o escopo 3.

“E, para isso, temos que entrar na geração de energias renováveis e aumentar a produção de biorrefino, de produtos do Diesel R”, diz. “O grande desafio que temos é tornar os produtos da Petrobras mais verdes, dado que na descarbonização em si dos processos produtivos, estamos bem”.

Nova diretoria de transição energética

Tolmasquim coordena as atividades de descarbonização, mudanças climáticas, novas tecnologias e sustentabilidade, além das atividades comerciais de gás natural. Assumiu oficialmente em 1º de maio, quando foi concluída a reestruturação da Petrobras.

No fim de março, Maurício Tolmasquim assumiu como gerente executivo de Estratégia da Petrobras, área responsável por elaborar os planos plurianuais de investimento e planejamento de longo prazo da companhia. Ele tem participado ativamente dos debates sobre transição energética.

Mestre em Engenharia de Planejamento Energético pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Maurício Tolmasquim é professor titular da COPPE/UFRJ.

Foi presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), estatal de planejamento vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), de 2004 a 2016, nos governos Lula e Dilma Rousseff. Também foi secretário executivo de Minas e Energia.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 03/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

APÓS ENCONTRO COM LIRA, HADDAD DIZ QUE 'ESPINHA DORSAL' DO ARCABOUÇO FISCAL ESTÁ ALINHADA

Ministro prevê votação após sua viagem ao Japão e retorno de Arthur Lira dos EUA, e não nega que possa haver mudanças no texto pela Câmara

Por Renan Monteiro

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que a base do arcabouço fiscal está alinhada entre governo e Congresso e não negou eventual alteração na proposta durante o trâmite na Câmara e no Senado.

— A espinha dorsal do projeto, que é garantir responsabilidade fiscal com flexibilidade e inteligência, para obter os resultados pretendidos, com trajetória das variáveis macroeconômicas bem ajustadas, com um horizonte de médio e longo prazo adequado para que os investidores se sintam confortáveis a continuar vindo para o Brasil, com mais força, eu penso que isso está alinhado — disse.



O presidente da Câmara, Arthur Lira, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, falam sobre o arcabouço fiscal – Foto : Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda

A votação do arcabouço fiscal deve ficar para depois de sua viagem ao Japão, que ocorrerá na próxima segunda-feira e vai até o dia 15. O presidente da Câmara, Arthur Lira, também viaja este mês, para os EUA. O planejamento inicial era de votação na próxima semana, até o dia 10 de maio.

— Como eu vou estar em viagem a semana que vem lá para G7 e o presidente Lira também estará viajando, nós fomos acertar com o relator o cronograma de apresentação do relatório da regra fiscal. É um assunto interno da Câmara, não vou antecipar a decisão, mas eu fiz algumas ponderações de que votação aconteça quando eu e o presidente Arthur Lira estivemos de volta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/05/2023

RELATOR DA LDO VÊ 'ÂNSIA ARRECADATÓRIA' DO GOVERNO COM MP QUE PREVÊ TRIBUTAÇÃO DE PARAÍSO FISCAIS

Deputado Danilo Forte (União-CE) diz que medida pode atrapalhar as negociações da reforma tributária

Por Camila Turtelli e Jeniffer Gularte — Brasília



Deputado Danilo Forte, relator da PEC do vale-tudo eleitoral – Foto : Divulgação/Câmara dos Deputados

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União-CE), criticou o envio da medida provisória sobre tributação, em um momento de avanço da reforma tributária no Congresso.

— A ânsia arrecadatória do governo é muito grande e é um erro mandar essa medida nesse momento— afirmou.

Ele teme que a iniciativa possa atrapalhar as negociações que já se iniciaram sobre a reforma tributária.

— O ímpeto pode atropelar mais do que ajudar, não tem a reforma tributária para ser votada em breve? Por que o governo não tem paciência de deixar esse debate para a reforma? O próprio governo pode não estar mais confiando na reforma tributária— completou o parlamentar, que é vice-líder do União na Câmara.

Presidente do grupo de trabalho que trata sobre a reforma tributária, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), discorda e afirma que são assuntos diferentes.

— Não tem implicação com a reforma que estamos discutindo. Estamos tratando sobre consumo — disse ao GLOBO.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/05/2023

MINISTRO DEFENDE REVER CONTRATAÇÃO DE TERMELÉTRICAS PREVISTA NA LEI DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Especialistas criticam obrigação de leilões para construir usinas a gás natural
Por Manoel Ventura — Brasília



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, durante audiência Pública na comissão de Minas e energia da Câmara dos Deputados – Foto : Lula Marques/Agência O Globo

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu nesta quarta-feira rever a contratação obrigatória de usinas termelétricas a gás natural colocada na lei que autorizou a privatização da Eletrobras.

O tema foi inserido pelo Congresso em 2021 no texto que permitiu a privatização da estatal. Foi uma negociação política para garantir a privatização.

Pelo texto, o governo fica obrigado a fazer leilões para contratar 8 gigawatts (GW) de termelétricas a gás natural em diversas regiões do país, a maior parte delas onde não há a infraestrutura necessária e nem o insumo. Especialistas temem que isso acabe gerando um impacto elevado nas contas de luz, além de significar uma interferência no planejamento energético.

Silveira afirmou que a revisão da obrigatoriedade ainda é uma ideia do Ministério de Minas e Energia e disse que o assunto será tratado com o Congresso. Ele participou de audiência na Câmara dos Deputados.

— É uma ideia do Ministério de Minas e Energia, ainda não é uma ideia do governo. Mas é uma ideia que está sendo debatida tecnicamente. E eu me senti muito à vontade de trazer ao próprio Congresso Nacional para iniciar esse debate aqui. É um respeito ao Congresso Nacional, que aprovou a lei da Eletrobras — disse ele, lembrando que o primeiro leilão dessas usinas não houve interessados.

O ministro disse que o assunto é técnico e político e que por isso vai discutir com parlamentares o tema. Ele afirmou ainda que é necessário reduzir os investimentos em termelétricas.

— Uma das coisas que para nós está bastante claro é que, com o avanço da energia limpa e renovável no Brasil, precisamos garantir a segurança energética com as termelétricas e as hidrelétricas que têm pulmão hídrica. O custo benefício para o consumidor é maior se nós diminuirmos os investimentos em térmicas e estimularmos os investimentos em hidráulicas e renováveis — disse.

O ex-senador disse ainda que o que está podendo fazer “como ministro” é ter “mão firme” no plano de investimento da Eletrobras, após ser questionado por parlamentares sobre a posição do governo quanto à capitalização da companhia e se esta seria revertida.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/05/2023

ARTHUR LIRA DIZ QUE RELATÓRIO DO ARCABOUÇO FISCAL VAI SER DIVULGADO NESTA QUARTA-FEIRA

Presidente da Câmara se encontra com o relator do projeto na Casa, deputado Claudio Cajado (PP-AL)

Por Gabriel Saboia, Manoel Ventura e Geralda Doca



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) – Foto : Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

Segundo o presidente da Câmara, Arthur Lira, o substitutivo do arcabouço fiscal será apresentado nesta quarta-feira pelo deputado Claudio Cajado (PP-AL). Cajado está reunido com Lira nesta tarde, na Residência Oficial da Câmara, para discutir detalhes do projeto. Lira comentou sobre o assunto em entrevista à Globonews.

- Penso que o arcabouço não está em risco, nós estamos preservando. Este um projeto é um projeto de país. Todos torcem para a segurança jurídica e a redução de juros, com segurança jurídica. O nosso trabalho incansável é para que a polarização não venha para as pautas econômicas. Neste caso, quem perderia é o Brasil. O relator está na minha casa, espero divulgar o texto final hoje. Esperamos que as matérias tributárias venham como projetos de lei, não como Medias Provisórias. Desta forma, o tratamento será sempre mais rápido.

Um dos pontos que podem sofrer alterações, segundo interlocutores da Casa, em relação ao texto original, encaminhado pelo Ministério da Fazenda, é a obrigatoriedade de o governo fazer provisões, ao longo do ano, em caso de descumprimento da meta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/05/2023

PONTE AÉREA JACAREPAGUÁ-CONGONHAS DA AZUL BATE RECORDE DE OCUPAÇÃO COM RIO WEB SUMMIT

Azul estreou a rota ligando São Paulo à barra da Tijuca há seis meses

Por Mariana Barbosa



Cessna Gran Caravan da Azul, usado na ponte aérea Jacarepaguá-Congonhas – Foto : Divulgação

O Rio Web Summit está elevando o movimento no aeroporto de Jacarepaguá, localizado a 4,5 km de distância do Riocentro, o centro de convenções onde acontece o evento de tecnologia nesta semana.

A Azul, que inaugurou há seis meses a ponte aérea alternativa Jacarepaguá-Congonhas, viu a sua taxa de ocupação subir de 75% na última semana de abril para 93% na segunda e na terça-feira, quando

teve início o Web Summit. O movimento superou até mesmo o registrado nas festas de reveillon.

A rota ligando a Barra da Tijuca a Congonhas em São Paulo encerrou os primeiros 180 dias de operação com 6 mil passageiros transportados em mil voos. São 14 voos por dia, sete em cada sentido, operados com o Cessna Grand Caravan, aeronave com capacidade para 9 passageiros.

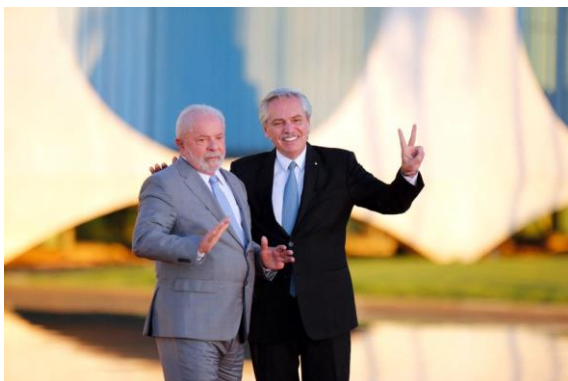
Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/05/2023

O QUE A ARGENTINA OFERECE AO BRASIL PARA LIBERAR AS LINHAS DE FINANCIAMENTO À IMPORTAÇÃO

Integrante do governo Argentino diz que até 210 empresas brasileiras poderiam ser beneficiadas, e haveria redução, de 180 para 30 dias, da liberação de mercadorias

Por Eliane Oliveira



Lula recebe o presidente da Argentina, Alberto Fernández, no Palácio da Alvorada, em Brasília Sergio Lima/AFP

O governo argentino ainda tenta convencer e dar garantias ao governo brasileiro de que será vantajoso o financiamento das importações, pela Argentina, de produtos industrializados do Brasil.

Na visão de um alto integrante do governo argentino, a criação dessa linha de financiamento deve beneficiar, em um primeiro momento, 210 empresas brasileiras de setores como automotivo, siderúrgico, químico, farmacêutico, mineral, calçadista e outro.

Em contrapartida, esses grupos, que enfrentam dificuldades para vender e receber pelos produtos, serão beneficiados com a redução, de 180 para 30 dias, da liberação das mercadorias exportadas para o mercado argentino e do pagamento das operações.

Esse prazo de 180 dias faz parte do regime de comércio administrado pelo governo argentino. O país está disposto a diminuir o prazo imediatamente, assim que for liberada uma linha de crédito em reais.

Para o Brasil, afirmou essa fonte, seria uma forma de recuperar o espaço perdido para a China. A estimativa é que as exportações brasileiras para a Argentina caíram em torno de US\$ 4 bilhões no período de 2014 a 2019, valor que se reverteu para as vendas chinesas aos vizinhos.

Na visão de especialistas brasileiros, no entanto, o financiamento tem riscos, ainda que seja coberto pelo Fundo Garantidor de Exportação. Como o peso está perdendo valor, e a Argentina não tem reservas cambiais em excesso, o Tesouro brasileiro seria o garantidor de última instância da operação, em caso de calote. Isso já aconteceu com outros países, os mais notórios, Venezuela e Cuba.

Com peso 'derretendo': Argentina vira paraíso para turistas de países vizinhos, incluindo brasileiros
A crise econômica na Argentina foi discutida em uma reunião que durou quatro horas, na noite de terça-feira, entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alberto Fernández. O argentino saiu do Palácio da Alvorada de mãos vazias, mas com a promessa de que Lula vai se empenhar para facilitar a criação de uma linha de crédito para financiar importações de produtos brasileiros pelo país vizinho e tentar convencer a renegociar o acordo que está em vigor com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Para liberar a linha de crédito, é preciso o aval do Ministério da Fazenda para que seja usado o Fundo Garantidor de Exportações (FGE). Com recursos do Tesouro Nacional, o fundo poderia cobrir os valores devidos pela Argentina, em caso de inadimplência. O BNDES poderia ser o financiador.

Dólar blue, Catar, Coldplay, Netflix: Entenda para que servem os diferentes câmbios na Argentina
Lula disse que vai conversar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para "retirar a faca do pescoço da Argentina" e com outros organismos internacionais, como o Banco do Brics (sigla formada pelo bloco formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) — que poderia oferecer garantias ao empréstimo, caso o FGE não possa ser utilizado — para tentar conter a crise. Ele admitiu que Fernández deixará o Brasil, no fim desta manhã, "sem dinheiro", mas com muita disposição política.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/05/2023

QUESTIONADO SOBRE MST, MINISTRO DA AGRICULTURA DIZ QUE NÃO HÁ 'SENTIDO TER INVASÃO DE TERRAS' DURANTE O GOVERNO LULA

Fávaro afirma que reforma agrária não ocorrerá com 'invasões' e desrespeito à Lei
Por Renan Monteiro, O Globo — Brasília



Ministro da Agricultura Carlos Fávaro – Foto : Waldemir Barreto/Agência Senado

O ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, ressaltou nesta quarta-feira seu posicionamento contrário sobre eventuais irregularidades praticadas por integrantes do MST e argumentou que não haveria sentido ter "invasão de terras" durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Fávaro está reunido com parlamentares na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados. O ministro foi convidado para apresentar as prioridades da pasta responsável pelo agro brasileiro.

— Não faz nenhum sentido em um governo, com o presidente Lula ligado aos movimentos sociais, que abre as portas do diálogo para os movimentos sociais, ter invasão de terra, desrespeitar a Lei. Terra invadida não é passivo de reforma agrária. Se quiser reforma agrária, não vai ser com invasão de terra, pelo contrário, isso vai dificultar o processo e colocar gasolina no fogo — disse.

O ministro alega que o governo de Lula está aberto para o diálogo com todos os setores da sociedade e citou como exemplo a comitiva do presidente em viagem à China com a presença do líder do MST, João Stédile, e 110 empresários.

— É papel do Estado promover, de forma ordeira, o sonho de quem pensa ter um pedaço de terra para produção de alimentos. É papel do Estado promover a reforma agrária de forma ordeira. Agora, tudo o que passa para ilegalidade nunca terá o meu posicionamento — afirma.

CPI

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) será alvo de investigação direta dos parlamentares. Na última quarta-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu aval à criação de três comissões parlamentares de inquérito (CPI), sendo uma delas para apurar ações do MST.

Um dos cotado para relator da CPI na Câmara é o deputado Ricardo Salles (PL-SP), que tem um histórico de confrontos com o grupo e de ligação com ruralistas.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/05/2023

'NÃO ME PARECE O FIM DO MUNDO USAR ITAIPU PARA INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA', DIZ DIRETOR-GERAL DA ESTATAL

Enio Verri, que assumiu o comando da empresa em março, vai renegociar condições e valores de energia, em meio à pressão do Paraguai para poder vender seu excedente a terceiros países
Por Eliane Oliveira e Henrique Gomes Batista — Brasília e Rio

À frente de Itaipu desde 10 de março, o ex-deputado petista Enio Verri diz não ver como "o fim do mundo" a permissão para que o Paraguai venda para terceiros países o excedente de energia da hidrelétrica. Atualmente, por força do tratado de 1973, Paraguai e Brasil só podem vender energia excedente para o outro sócio.



Itaipu Binacional. O diretor-geral da empresa, Enio Verri, ressalta que os 50 anos da hidrelétrica representam “um sucesso de integração de países nunca visto na História”, mesmo em meio a crises políticas e econômicas dos dois lados – Foto : Divulgação

Verri afirma que a revisão do chamado anexo C — ou seja, as condições de venda e valores de energia de Itaipu após 50 anos, quando toda a dívida para a construção da então maior hidrelétrica do mundo foi quitada — terá de ser

negociada: o Brasil quer a menor tarifa possível, e o Paraguai, o maior valor possível, já que vende a maior parte da energia a que tem direito.

Qual pode ser o impacto das eleições no Paraguai na renegociação das condições de venda e valores de energia de Itaipu, o chamado anexo C, agora que foi liquidada a dívida de construção da hidrelétrica?

O importante é destacar que, até agora, nós não discutimos a revisão do anexo C. E o que nós temos aqui é um grupo técnico, entre empregados e empregadas que discutem o anexo C nos seus vários pontos. E há o mesmo do lado paraguaio, eu sei que eles também têm discutido bastante. Mas as negociações não começaram. As negociações irão começar após a posse do novo presidente do Paraguai, em agosto.

Enquanto isso, seguimos nossa relação, sempre muito respeitosa. Não creio que a relação do lado brasileiro com o lado paraguaio será alterada com essa eleição. Embora seja público que, apesar de o Partido Colorado ter sido reeleito, é uma outra corrente política do partido que ascende à direção do país. Mas, no conjunto das políticas públicas que o Partido Colorado desenvolve, não creio que haverá qualquer dificuldade de mantermos nosso relacionamento.

Com a quitação da dívida de Itaipu, espera-se uma redução substancial para o consumidor?

A redução é esperada sim. O cálculo que tínhamos da tarifa, sem a dívida, seria de US\$ 12,67 o quilowatt. Entretanto, nós temos só 50% de Itaipu. O outro sócio que detém 50% não abria mão de US\$ 20 (o quilowatt), que era o quanto vinha sendo cobrado antes. Como tem de ser por consenso, sou obrigado a construir esse acordo.

O Paraguai abriu mão dos US\$ 20 para US\$ 16,71 o quilowatt. Tivemos de ceder também e chegamos a esse acordo. Este implica uma redução de, arredondando, 20% do preço da energia. Entretanto, o cálculo a ser feito é que Itaipu representa no máximo 10% da energia elétrica do Brasil. Vai dar algo em torno de 1% de redução para o consumidor.

Muitos no Paraguai defendem que o país venda o excedente de Itaipu no mercado livre de energia do Brasil...

O tratado de Itaipu de 1973 implica que o Paraguai só pode vender para o Brasil seu excedente.

Assim como o Brasil, se tivesse, só poderia vender seu excedente para o Paraguai. Pelos dados que nós temos, o Paraguai tem, no máximo, dez anos apenas de excedente. Pelo crescimento da economia paraguaia, daqui a dez anos o país não terá mais excedente para vender. Logo, quem vai brigar para diminuir o preço da tarifa serão eles.



O diretor-geral da empresa, Enio Verri, ressalta que os 50 anos da hidrelétrica representam “um sucesso de integração de países nunca visto na História”, mesmo em meio a crises políticas e econômicas dos dois lados — Foto: Sara Cheida/Itaipu Binacional



O tema Itaipu faz parte do dia a dia da vida do povo paraguaio, os jornais do país quase todo dia tocam no assunto. Tem vários setores no Paraguai que defendem que o excedente da energia do Paraguai vá para o mercado livre. Mas o mercado livre só daria certo se o Paraguai não tivesse dependência alguma do valor da tarifa. Veja só, estamos num período bastante úmido, tanto que Itaipu está vertendo.

Ora, se está vertendo porque tem excesso de água, isso quer dizer que se o preço da energia no Brasil está baixo, e se o Paraguai vender o excedente da produção de Itaipu no mercado livre, seria um valor bem menor do que ele recebe hoje. É uma conta que o novo governo paraguaio terá de fazer.

Para o Brasil é inegociável a restrição que impede o Paraguai de vender o excedente para outros países?

Não, não é inegociável. Até porque o presidente Lula trata com muita firmeza a importância da integração da América Latina e da América do Sul, tanto que está recompondo a Unasul. Então, tratar a produção da energia elétrica de Itaipu como mais um instrumento de integração não me parece o fim do mundo. Mas, é claro, qualquer tipo de integração e venda para outros países, como Argentina e Chile — algo que não é tão simples — é um diálogo que ultrapassa minha posição de diretor-geral.

É o que, no tratado de Itaipu, chama-se de negociação das altas partes: entre o chanceler brasileiro e o chanceler paraguaio, decidido depois pelos dois presidentes da República e aprovado nos dois Congressos. Então é uma etapa de construção de muito apoio, de muita negociação. Minha visão, como diretor-geral, é que não está excluída a possibilidade de Itaipu ser mais um grande instrumento de integração da América Latina.

Isso inclusive tem sido falado pelo presidente eleito do Paraguai, e a eleição de Lula já dava esses sinais: pode ser um primeiro grande passo para um aprofundamento da integração da América Latina via energia.

Como pode Itaipu ser uma base para essa integração energética?

Completamos 50 anos no dia 26 de abril, 50 anos de parceria, é um sucesso de integração de países nunca visto na História. E olha o que aconteceu nesses 50 anos: crise política, crise econômica, crise social dos dois lados, problemas, e essa integração permaneceu de forma respeitosa, prova de que é um case muito bem-sucedido de integração, melhor do que a maioria dos casamentos desse mundo.

Então o Paraguai tem experiência de integração com o Brasil e tem experiência de integração também de geração de energia. Então é possível sim. A experiência Brasil-Paraguai será ampliada para outros instrumentos. Construímos uma integração via energia. Eu, particularmente, vejo isso nos discursos do presidente Lula.

Historicamente, Itaipu paga muitas obras de integração, programas sociais, ambientais... isso pode ser uma moeda nessa negociação, mais obras em troca de uma tarifa mais barata?

Dentro dessa negociação, pode acontecer. Em troca de conseguirmos uma energia mais barata a ponto de impactar os custos brasileiros, comprometer-nos com mais obras, com mais integração, com mais infraestrutura no Paraguai ou na fronteira. Você estaria adicionando um possível artigo ao anexo?

Sim, é uma hipótese, e como toda hipótese, deve ser avaliada, mas pode acontecer que, ao negociarmos, a tarifa exija uma contrapartida. Agora, é claro, isso não é tão simples, porque ao baixar a tarifa para os próximos dez anos, o Paraguai abre mão de receita. O Brasil pode fazer um acordo meio a meio, parte em investimentos e parte em redução da tarifa. Isso ajudaria os dois lados.

As questões ambientais estarão nessa negociação, depois da seca, em 2021, que afetou a produção de Itaipu?



Sim, e temos de adicionar a isso a questão da transição energética. A hidrelétrica tem diminuído lentamente a sua participação na produção de energia do país. A empresa tem olhado para hidrogênio verde, solar, eólica. Há estudos para se produzir energia solar na lâmina d'água da hidrelétrica. Temos um número bastante grande de gente trabalhando nessa transição. Quando essas inovações podem se tornar uma realidade? É difícil dizer uma data.

Vocês vão retomar a Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana)?

Nos últimos seis anos, a obra ficou parada. Já criamos um comitê de trabalho, que vai rever o projeto. Já estamos organizando nossa capacidade de financiamento e temos um compromisso com o presidente Lula. Creio que o processo de licitação para o término da obra deve ocorrer este ano.

Como o senhor vê a recondução de André Pepitone, indicado por Bolsonaro, para o cargo de diretor financeiro? Isso causa algum constrangimento?

A mim, não. Nosso governo é uma frente ampla. Isso implica que esses partidos terão um espaço de governo. O André Pepitone representa exatamente isso. Ele foi indicado pelo PSD, assim como eu tenho aqui diretores que são indicados pelo Partido Verde, pelo PT. O nome dele foi aprovado pelo ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, pelo presidente Lula. Cabe a mim analisar o currículo dele. Ele tem um currículo impecável.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

CENÁRIO DE JUROS ALTOS ALIMENTA TEMOR DE MAIS CHOQUES NO SISTEMA BANCÁRIO DOS EUA

Venda do First Republic Bank para o JPMorgan trouxe alívio para os investidores, mas não espantou o medo de que outros bancos peçam socorro

Por Altamiro Silva Junior, Aline Bronzati e André Marinho

SÃO PAULO E HOUSTON - A venda do First Republic Bank para o JPMorgan, na maior falência bancária nos Estados Unidos desde a crise financeira de 2008, trouxe certo alívio para os investidores, mas não espantou o temor de que mais bancos americanos possam estar com problemas, em meio a novos aumentos de juros no país, segundo analistas em Nova York. Um dos indícios foi a forte queda de ações de alguns bancos menores na terça-feira, 2, como o PacWest Bancorp, que encerrou o dia em baixa de 28%, e o Western Alliance, com recuo de 15%.

Um termômetro do setor, o índice SPDR S&P Regional Banking ETF, que reúne ações de bancos regionais, fechou o dia em baixa de 6,3%. Com os papéis despencando, as negociações de bancos menores em Nova York tiveram de ser suspensas várias vezes ao longo do pregão.

Em Wall Street, analistas dizem que a solução para o First Republic, o terceiro banco a quebrar nos EUA desde março, vendido para o JP em um leilão no fim de semana, resolve um problema de curto prazo, que ameaçava a estabilidade do sistema financeiro americano, mas não impede que outros bancos venham a pedir socorro. Só em poucas semanas de março, o First Republic teve saques de US\$ 100 bilhões.

“A fragilidade de hoje nas ações dos bancos americanos é consistente com a visão de que o longo tempo que se levou para lidar decisivamente com First Republic e a destruição de valor que isso implicou garantem um prêmio de risco adicional”, avaliou o principal conselheiro econômico da Allianz, Mohamed El-Erian, ao comentar a piora das ações dos bancos americanos desta terça-feira.

O vice-presidente e diretor associado para bancos da FactSet, Sean Ryan, gostou do negócio, que teve a participação de outros três bancos além do JP, incluindo o PNC. “No geral, isso é muito bom



para a saúde da indústria; bancos zumbis criam um empecilho para todo o sistema financeiro”, disse ele.

Nova quebra

O CEO do JPMorgan, Jamie Dimon, disse na teleconferência com investidores após a aquisição do First Republic que a solução para o caso praticamente resolve a crise bancária americana, embora “um outro pequeno banco” possa quebrar.

Como pano de fundo, a expectativa de mais subidas de juros nos EUA, o que poderia levar a novas saídas de depósitos dos bancos, além de pressionar seus balanços. Já nesta semana, o consenso em Wall Street é que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deve elevar as taxas em mais 0,25 ponto percentual.

O megainvestidor de Wall Street, Bill Ackman, fez novo alerta sobre o impacto da subida de juros nos EUA para o sistema bancário local. Em março, na esteira do fechamento de três bancos, ele já havia alertado que se o processo de aperto monetário não fosse pausado, mais choques ocorreriam.

“Eu reitero o que eu disse. Quando os juros dos MMF (money market funds, na sigla em inglês, os fundos de investimento mais líquidos dos EUA) atingirem 5% na quinta-feira, quem não vai sacar os seus recursos dos bancos locais?”, questionou Ackman, em referência ao impacto da elevação dos juros na decisão dos investidores de onde investir.

Banqueiros cautelosos

Os próprios banqueiros de Wall Street já haviam antecipado na recente divulgação de resultados que não havia uma “crise” no sistema americano, mas que mais dominós da indústria poderiam sofrer abalos e virem a cair. “Não estamos em uma crise bancária. Mas tivemos uma e pode ainda ter uma crise em alguns bancos”, disse o CEO do Morgan Stanley, James Gorman, em conversa recente com investidores e analistas.

Entre os analistas, os estrategistas da gestora Riverfront, Chris Konstantinos e Kaetlin Collins, avaliam que a ação dos reguladores americanos conseguiu conter o risco sistêmico, mas não devem evitar uma desaceleração no crédito, especialmente para menores empresas e o setor imobiliário. A maior cautela dos bancos para emprestar pode ajudar a piorar os resultados dos bancos pela frente e deve afetar a atividade econômica.

O economista-chefe para os EUA da Capital Economics, Paul Ashworth, alerta que a demanda de bancos pela janela de redesconto do Fed, uma forma de tomar empréstimos oficiais do banco central, continua “extremamente elevada”. Ainda há uma fuga de depósitos, especialmente dos bancos menores, enquanto os juros avançam e levam investidores a buscarem alternativas que oferecem retorno mais alto, como fundos de investimento.

Nesse ambiente, o governo americano, que teve de intervir nos três bancos que faliram desde março, pode ter de mudar regras para o setor. A Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), o fundo garantidor de crédito dos EUA, revelou um conjunto de propostas de reformas das regras sobre seguros que protegem depósitos em bancos no país. A agência pode ampliar o limite de proteção de depósitos especificamente para empresas e pode remover o teto para a garantia aos valores depositados nas instituições financeiras, atualmente em US\$ 250 mil.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/05/2023

MINORITÁRIOS DA CSN VÃO À JUSTIÇA PARA ANULAR VOTAÇÃO DO CONSELHO

Alegação é de que foram invalidados votos que poderiam eleger Valmir Pedro Rossi, candidato dos acionistas minoritários ao colegiado

Por Irany Tereza

Um grupo de acionistas minoritários da CSN prepara ação judicial contra a assembleia que renovou, na semana passada, o mandato dos conselheiros de administração da companhia. Segundo fontes, a alegação é de que, no momento da votação, foram invalidados votos que poderiam eleger Valmir Pedro Rossi, que concorria a uma das vagas como candidato dos minoritários. Um integrante do grupo que protesta contra o resultado argumentou que os minoritários consideram que a empresa ainda não fez a “transição necessária para um ambiente transparente e aberto”, o que não faz sentido num momento em que as companhias se voltam aos critérios ESG, de governança, sustentabilidade e questões sociais.

Grupo tinha dois candidatos ao conselho

Composto de cinco membros, o conselho de administração da CSN foi referendado pelo sistema de voto múltiplo, pelo qual pode haver concentração de votos de acionistas em um determinado candidato. Os minoritários, que tentavam eleger um representante no colegiado, tinham dois candidatos: Vanessa Canado, que recebeu 13 milhões de votos, e Rossi, com expressivos 485 milhões.



Benjamin Steinbruch está há 30 anos no conselho de administração da CSN Foto: Christina Rufatto/ Estadão

Eleição manteve antigos nomes no colegiado

O resultado confirmou a manutenção do longo conselho de administração. O presidente do CA, Benjamin Steinbruch, também CEO da CSN e do grupo Vicunha, que controla a mineradora, é o mais antigo, com 30 anos de conselho, sendo 28 na presidência do colegiado. Compõem ainda o quadro Yoshiaki Nakano (24 anos de CA), Antonio Bernardo Vieira Maia (10 anos) e Miguel Ethel Sobrinho

(quatro anos).

De acordo com a ata da assembleia, o número de votos necessário para assegurar a eleição era de 705 milhões, podendo ser menor, dependendo da quantidade de abstenções, de votos em branco ou da concentração de votos em um mesmo candidato. Como sempre, o representante dos empregados - no caso da CSN, Fabiam Franklin, não participa desse sistema de votação.

Rejeição de votos sem assinatura digital é questionada

Durante a assembleia foram rejeitados votos por procuração sem a assinatura digital no padrão ICP Brasil, que funciona como um documento de identidade virtual de pessoa física ou jurídica. Muitos votos tinham apenas a assinatura digital simples. Em queixa formal à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os minoritários alegam que esse tipo de assinatura foi aceito em todos os trâmites anteriores à assembleia geral.

A CSN não se manifestou a respeito, mas fontes que acompanham a empresa informaram que a exigência do padrão ICP (Infraestrutura de Chaves Públicas) foi adotada para substituir documentos sem firma reconhecida e explicitada na proposta divulgada um mês antes da assembleia. O sistema de certificação digital foi adotado para garantir a legitimidade da votação.

Rossi encerra mandato como conselheiro fiscal na siderúrgica

Valmir Pedro Rossi, que concorreu a uma vaga no conselho, é membro da Comissão de Ética na Governança Corporativa do IBGC. Foi presidente do Banco da Amazônia de 2013 a 2015. Está encerrando mandato de conselheiro fiscal da CSN e participa do conselho fiscal de diversas outras empresas, entre elas Random, Hidrovias do Brasil e a gestora do fundo do Hospital Sírio e Libanês.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/05/2023

LULA DIZ QUE VAI FALAR COM FMI PARA TIRAR 'A FACA DO PESCOÇO' DA ARGENTINA

Presidente brasileiro diz se comprometeu com 'amigo' para fazer 'todo e qualquer sacrifício' para ajudar país vizinho

Por Wesley Galzo

BRASÍLIA -O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta terça-feira, 2, que vai recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) para tirar a "faca do pescoço da Argentina". A fala se deu após se reunir por mais de quatro horas com o presidente do país vizinho, Alberto Fernández, que veio ao Brasil pedir auxílio para enfrentar a grave crise que acomete seu território. "Me comprometi com meu amigo Alberto Fernández que vou fazer todo e qualquer sacrifício para que a gente possa ajudar a Argentina neste momento difícil", disse Lula.

"O FMI sabe como a Argentina se endividou, sabe para quê emprestou o dinheiro e não pode ficar cobrando um País que só quer crescer, gerar emprego e melhorar a vida do povo. Nós estamos dispostos a ajudar a Argentina e vencer as questões técnicas", disse Lula.

O FMI se comprometeu a desembolsar US\$ 44 bilhões em um programa de ajuda para a Argentina em 30 meses. Ao todo, até o final do ano passado, já tinha desembolsado US\$ 23,5 bilhões em troca de medidas destinadas a controlar a inflação crônica do país. Este é o 13º acordo entre o FMI e a Argentina desde o retorno da democracia àquele país, em 1983.

O encontro entre Lula e Fernández não foi tratado pelo governo federal como uma visita oficial de chefe de Estado, mas, sim, como um encontro de cortesia com o presidente argentino. Em vez de receber Fernández no Palácio do Itamaraty, como é de costume na diplomacia brasileira, Lula optou por recebê-lo no Palácio da Alvorada, a residência oficial da Presidência. Depois, eles fizeram um pronunciamento à imprensa.

A reunião foi idealizada para que os dois países cheguem a termos de cooperação e medidas que ajudem a recuperar a economia argentina. Após uma 1h40 de reunião, Lula escreveu em sua conta oficial no Twitter que Brasil e Argentina terão "relações cada vez mais prósperas" e destacou que o País vizinho é "um dos maiores parceiros comerciais do nosso país e da nossa indústria".

Apesar da expectativa que cercou o encontro, os dois presidentes não chegaram a um acordo que viabilizasse a liberação de recursos brasileiros para a Argentina. "O companheiro Fernández chegou bastante apreensivo, mas vai voltar mais tranquilo. É verdade, sem dinheiro, mas com muita disposição política", disse Lula arrancando risadas dos assessores presentes no comunicado.

Entre as poucas entregas e os vários gestos de apoio ao aliado regional, Lula disse ter conversado recentemente com o presidente da China, Xi Jinping, para pedir que o líder asiático ajude a Argentina por ser um País estratégico na relação com o Brasil, que tem os chineses como principais parceiros comerciais.



Lula e Fernández no Palácio da Alvorada, em Brasília Foto: Wilton Junior / Estadão

produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC). Além disso, o peso argentino se encontra desvalorizado em relação a boa parte das moedas da região. Hoje, com um dólar é possível comprar 224 pesos.

Fernández desistiu de concorrer à reeleição em meio a um cenário de forte rejeição agravado pela crise econômica. A decisão acirrou ainda mais a disputa interna na coalizão governista, dividida entre peronistas e kirchneristas.

O presidente argentino, contudo, decidiu trazer consigo na comitiva oficial ao Brasil três aliados que atualmente figuram como possíveis candidatos à sucessão presidencial: o ministro da Fazenda, Sergio Massa, o chefe do gabinete ministerial, Agustin Rossi, e o embaixador argentino no Brasil, Daniel Scioli, que já figura como pré-candidato oficial.

Linha de financiamento

Lula disse que vai buscar uma solução para financiar empresários brasileiros que exportam para a Argentina. “A discussão é que nós precisamos ajudar os empresários brasileiros que exportam para Argentina e financiar as exportações brasileiras, como a China faz para os produtos chineses”, afirmou Lula.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou mais cedo nesta terça-feira que uma das propostas do governo Lula é oferecer linhas de crédito para os empresários brasileiros que exportarem para a Argentina – hoje, com a crise no país vizinho, os exportadores brasileiros estão com dificuldades para receberem. Com o financiamento, eles receberiam do governo brasileiro, e a Argentina pagaria depois.

“O que queremos é não perder espaço de exportação para a Argentina. São mais de 200 empresas brasileiras que não só não estão exportando, como muitas não estão recebendo. Estão com valor das exportações retido na Argentina em virtude da falta de divisas”, disse Haddad.

Segundo Fernández, ficou acertada a ida de Haddad para Buenos Aires na semana que vem para um acordo sobre o financiamento a exportadores brasileiros.

O presidente brasileiro também afirmou que já iniciou conversas com o Brics -- grupo de países emergentes formado por Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul --, para pedir ajuda à Argentina. Lula disse ainda que uma alternativa é o Banco dos Brics, presidido por Dilma Rousseff, dar garantias ao Brasil no financiamento aos exportadores.

Lula disse ter procurado Dilma para estudar formas de viabilizar empréstimos a países de fora do bloco econômico, como a Argentina. Segundo o presidente, Dilma disse que o estatuto do Banco dos Brics impede aportes desse tipo em outros países, mas que, após discutir o tema com o ministro das

Relações Exteriores da China, sugeriu que os governadores da instituição avaliassem a mudança do artigo que define essa regra.



Rumbo a Brasil para reunirnos con mi querido amigo @LulaOficial y continuar fortaleciendo la alianza estratégica entre nuestros países 🇺🇾🇧🇷



12:41 PM · 2 de mai de 2023



A ideia é que o Banco crie um fundo para dar garantia aos membros dos Brics que optem por conceder empréstimos a países em situação de fragilidade econômica. Lula disse ter delegado a Haddad a função para participar da reunião de governadores da instituição -- agendada para o dia 29 deste mês -- com o objetivo de “sensibilizar o coração” das autoridades presentes e viabilizar a mudança na regra que beneficiaria a Argentina.

“Não é nem emprestar dinheiro para a Argentina. Nós queremos que eles nos deem garantia, que aí facilita muito a relação do Brasil com a Argentina”, explicou Lula.

Aliados

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante, foi um dos participantes da reunião nesta terça-feira. A instituição deve ser a responsável por fornecer as linhas de crédito ao país vizinho.



Em visita à Argentina no final de janeiro para participar da Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), Lula disse que o BNDES voltaria a ser utilizado como financiador de obras e empréstimos a outros países, sobretudo daqueles localizados na América do Sul.

Também integraram a comitiva o chanceler Santiago Cafiero, o secretário legal e técnico da Presidência, Hugo Vitobello, a ministra de Desenvolvimento Social, Victoria Tolosa Paz, a porta-voz presidencial, Gabriela Cerruti, e a primeira-dama, Fabiola Fernández.

Já o governo brasileiro convidou para a reunião o vice-presidente Geraldo Alckimin, o chanceler Mauro Vieira, o ministro Haddad, o assessor especial da Presidência, Celso Amorim, e o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo.

Além do encontro entre Lula e Fernández, o ministro do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias (PT), teve um encontro com a ministra Victoria Paz para discutir as ações na área. Após o encontro, a ministra argentina elogiou o Bolsa Família e disse que o programa correlato desenvolvido na Argentina foi inspirado na iniciativa brasileira.

Paz ainda fez comparações entre as gestões dos ex-presidentes Mauricio Macri e Jair Bolsonaro: “O governo Macri não conseguiu acabar com esse benefício, assim com o Bolsonaro não conseguiu destruir o Bolsa Família”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/05/2023

ANP AUTORIZA PETROBRAS A RETOMAR PRODUÇÃO EM SEIS UNIDADES NO POLO BAHIA DA TERRA

Produção foi interrompida no fim do ano passado por motivos de segurança

Por Redação

A Petrobras obteve na última sexta-feira, 28, autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para retomar a produção de mais seis instalações localizadas nos campos de Taquipe, Buracica, Fazenda Alvorada, Rio do Bu e Cidade de Entre Rios no Polo Bahia Terra. Antes, a Petrobras já tinha sido autorizada a voltar com a produção em 10 instalações do polo.

Em comunicado, a companhia informou que já iniciou o processo para retomar a produção dessas instalações que, somado à produção das unidades já autorizadas pela ANP, possibilitará o restabelecimento de aproximadamente 43% da produção total do Polo Bahia Terra.

A Petrobras também alegou estar trabalhando para garantir o retorno seguro do processo produtivo dessas instalações no menor tempo possível.

A ANP interditou 38 unidades que compõem o Polo, operado pela Petrobras, em dezembro do ano passado, alegando motivos de segurança. “A Agência entende que não pode se furtar ao seu dever de fazer cessar as situações de risco grave e iminente aos trabalhadores, à população e ao meio ambiente, mas, ao mesmo tempo, não medirá esforços para que a retomada da produção ocorra o mais rápido possível.”

Em fevereiro deste ano, a agência criou um grupo de trabalho para monitorar a situação e articular as ações necessárias para a retomada gradual e segura das operações do Polo Bahia Terra - que é composto por 28 campos terrestres.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/05/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

REGRAS DA UE IMPULSIONAM TECNOLOGIA DE RASTREAMENTO

Ferramentas ajudam a identificar a origem de commodities e atender exigências de importadores
Por Andrea Vialli — De São Paulo



Gustavo Milazzo, CEO da Woodflow: rastreabilidade para o setor de madeira — Foto: Divulgação

A nova legislação aprovada pelo Parlamento Europeu em 19 de abril que proibirá a entrada no bloco de produtos oriundos de áreas desmatadas atinge cadeias produtivas como carne, soja, madeira, café, cacau, borracha, carvão vegetal e produtos impressos. A regulamentação coroa um processo que já estava em andamento no continente e estabelece controles de rastreamento de commodities para evitar o chamado “desmatamento importado” - estimativa do próprio Parlamento aponta que a UE causa 16% do desmatamento de florestas tropicais globalmente em razão das importações.

A lei ainda deverá demorar para entrar em vigor; cada país da UE terá de aprovar a regulação individualmente. Depois, grandes empresas terão até 18 meses para cumprir as novas exigências. As normas devem fomentar o mercado de tecnologias para rastreabilidade de produtos com foco em compliance nas questões ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês).

“Para além dos aspectos de qualidade, já muito demandados, a rastreabilidade dará a segurança de que produtos brasileiros não estão associados a desmatamento ou questões sociais em algum elo da cadeia”, diz Carla Gheler, coordenadora da câmara técnica de sistemas agroalimentares do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds).

“Rastreabilidade assegura que produtos não estão associados a desmatamento”

— Carla Gheler

A câmara reúne 54 empresas de variados segmentos - agronegócio, indústria de alimentos, varejo -, e todas usam ferramentas de rastreabilidade em alguma etapa da cadeia. Uma tendência forte, diz Gheler, é o uso das tecnologias para rastrear também a pegada de carbono nas diferentes etapas, que tem se tornado comum em grandes empresas com metas de zerar as emissões de gases de efeito estufa até 2040 ou 2050, movimento conhecido como net zero.

Tecnologia para garantir o compliance ESG dos produtos agrícolas brasileiros é um dos serviços que passaram recentemente a ser ofertados pela Grão Direto, plataforma que atua na comercialização de grãos, conectando agricultores e compradores. A startup sediada em Uberaba (MG) desenvolveu, em parceria com outra agrotech, a Agrottools - também provedora de soluções digitais para o agro -, um protocolo baseado em inteligência de dados para garantir a origem das matérias-primas comercializadas e seu cumprimento de critérios sociais e ambientais.

A tecnologia usa informações de bases públicas, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), imagens de satélites e dados setoriais para averiguar a conformidade em critérios ambientais dos produtores que comercializam grãos na plataforma e os classifica em uma escala ESG. Em caso de

irregularidades graves, como desmatamento ilegal, invasão de terras indígenas ou quilombolas ou denúncias de trabalho análogo ao escravo, o produtor é descredenciado.

Segundo Fred Marques, cofundador e diretor de tecnologia da Grão Direto, a startup notou que a demanda por informações ESG não vinha só de grandes compradores de grãos, como traders e indústrias, mas também de empresas de menor porte. “O mercado de grãos tem maior dificuldade de se regularizar nas pontas, onde estão pequenos negócios. Atuamos no meio da cadeia, então vimos que havia a oportunidade de democratizar o acesso a checagem de informações sobre sustentabilidade”.

Além de possibilitar a coleta qualificada de informações e o monitoramento de territórios e cadeias produtivas, Marques avalia que a tecnologia tem o potencial de fomentar boas práticas socioambientais entre os agricultores. “Produtores de soja já convivem há mais tempo com ferramentas de rastreabilidade para critérios ESG, mas para as culturas de milho e sorgo isso ainda é incipiente”, explica.

Especializada no comércio internacional de madeira, a startup Woodflow, de Curitiba (PR), criou uma plataforma que conecta produtores brasileiros e compradores internacionais que permite rastrear os produtos desde a sua extração até o destino final. Antes de lançar a plataforma, o empreendedor e CEO da Woodflow, Gustavo Milazzo, detectou em uma pesquisa junto a importadores que havia demanda por padrões de sustentabilidade e rastreabilidade no segmento.

“Através da tecnologia permitimos que produtores nacionais engajados divulguem suas fábricas, estruturas e origem da madeira, mostrando ao mundo que há empresas sérias e comprometidas com a sustentabilidade e futuro desse comércio”, diz. A maior parte da madeira comercializada na plataforma tem certificações verdes, como o FSC.

Para Milazzo, o endurecimento das regras ambientais na Europa traz oportunidades de negócios para empresas brasileiras, já que exportadoras de produtos de madeira para o continente precisam atender à norma EU Timber Regulation, em vigor desde 2013. Essa norma exige a apresentação de documentos com informações que vão desde o local de retirada da tora e as etapas de transformação até o embarque no porto brasileiro. “Os importadores que utilizam a plataforma podem acessar toda a documentação on-line”, afirma o empresário.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/05/2023

VALE RECEBERÁ US\$ 67,9 MILHÕES PELA VENDA DE PARTICIPAÇÃO NA MRN PARA CONTROLADA DA HYDRO

A MRN é a maior produtora e exportadora de bauxita do Brasil, localizada no distrito do Porto de Trombetas (PA)

Por Ana Beatriz Bartolo, Valor — São Paulo



Mina de bauxita, usada na produção de alumina, da Norsk Hydro em Paragominas, no Pará — Foto: Divulgação/Norsk Hydro/Halvor Molland

A Vale vai receber US\$ 67,9 milhões pela venda de 40% da sua participação na Mineração Rio do Norte (MRN) para a Ananke Alumina, controlada pela norueguesa Hydro, esclareceu a mineradora brasileira após questionamento feito pela Comissão Mobiliária de Valores (CVM). O acordo vinculante entre as companhias foi anunciado em 27 de abril.

A MRN é a maior produtora e exportadora de bauxita do Brasil, localizada no distrito do Porto de Trombetas (PA). Até então, a South32 detinha participação de 32% na companhia, a Rio Tinto tinha 12%, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) tinha 10% e a Hydro tinha 5%.

A transação, que ainda deve passar pelas aprovações regulatórias usuais, conclui o desinvestimento completo dos ativos de alumínio da Vale, conforme anunciado em abril de 2010. Na época, os direitos de offtake de bauxita da MRN foram direcionados para a afiliada da Hydro sob certos contratos de longo prazo.

A Vale ainda esclarece que esse negócio conclui o seu principal programa de desinvestimentos, que desde 2019 envolveu a venda de mais de dez ativos não relacionados a sua principal atividade. Assim, a mineradora reafirma que conseguiu simplificar e reduzir a exposição ao risco dos seus negócios e eliminou despesas anuais de até US\$ 2 bilhões.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/05/2023

OTAN ABRIRÁ ESCRITÓRIO NO JAPÃO, APROFUNDANDO ENVOLVIMENTO INDO-PACÍFICO

Estação permitirá que a aliança militar conduza consultas periódicas com o Japão e os principais parceiros da região

Por Nikkei Asia — Tóquio e Bruxelas



Jens Stoltenberg, secretário-geral da Otan, em entrevista coletiva — Foto: Christine Olsson/TT News Agency via AP

A Otan planeja abrir um escritório de ligação em Tóquio, no Japão, o primeiro desse tipo na Ásia, apurou o "Nikkei Asia".

A estação permitirá que a aliança militar conduza consultas periódicas com o Japão e os principais parceiros da região, como Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia, à medida que a China surge como um novo desafio, juntamente com

seu foco tradicional na Rússia.

A Otan e o Japão também aprimorarão sua cooperação, com o objetivo de assinar um Programa de Parceria Adaptado Individualmente (ITPP) antes da Cúpula da Otan em Vilnius, Lituânia, de 11 a 12 de julho. Os dois lados aprofundarão a colaboração no combate às ameaças cibernéticas, coordenarão posições sobre tecnologias emergentes e disruptivas e trocarão notas sobre o combate à desinformação.

Os planos foram confirmados por oficiais japoneses e da Otan.

A ideia de abrir um escritório de ligação foi discutida pela primeira vez entre o primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, e o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, durante a visita deste último a Tóquio no final de janeiro. Em meados de abril, a aliança circulou uma proposta preliminar entre seus 31 membros, segundo uma pessoa com conhecimento dos procedimentos.

O plano proposto é abrir um escritório de ligação individual em Tóquio no próximo ano. Se o lado japonês fornece o espaço do escritório ou se a Otan financia a estação, ainda está em negociação. A Otan tem escritórios de ligação semelhantes nas Nações Unidas em Nova Iorque, na Organização para a Segurança e Cooperação na Europa em Viena, bem como na Geórgia, Ucrânia, Bósnia e Herzegovina, Moldávia e Kuwait.



Em muitos casos, o país anfitrião oferece escritórios para a Otan. Se Tóquio fornecer o financiamento para uma aliança militar ocidental se estabelecer no Japão, isso simbolizaria uma nova fase na cooperação de defesa.

A intenção de aprofundar a cooperação é mútua. O Japão planeja criar uma missão independente para a Otan, separando-a da Embaixada na Bélgica, onde atualmente está sediada. Um novo embaixador será despachado para aliviar as funções da Otan do embaixador na Bélgica, Masahiro Mikami, disse Kishida a Stoltenberg sobre os planos na reunião de janeiro.

As autoridades esperam que a assinatura do ITPP pela Otan-Japão crie um impulso que levará à cúpula de Vilnius. Espera-se que a reunião conte com a presença dos líderes do Japão, Coreia do Sul, Austrália e Nova Zelândia - como no ano passado - sinalizando o envolvimento mais profundo da Otan com o Indo-Pacífico. E

m junho passado, Kishida, o presidente sul-coreano Yoon Suk Yeol, o primeiro-ministro australiano Anthony Albanese e a então primeira-ministra neozelandesa Jacinda Ardern participaram da Cúpula da Otan em Madri. Conhecidos como parceiros da Ásia-Pacífico (AP4) da Otan, eles realizaram uma reunião paralela.

O embaixador dinamarquês no Japão, Peter Taksoe-Jensen, disse ao "Nikkei Asia" em entrevista por telefone que um escritório de ligação da Otan seria o primeiro de seu tipo no Indo-Pacífico e mais do que apenas simbólico. "Seria uma maneira muito visível e real de fortalecer as relações entre o Japão e a Otan", disse ele.

A Embaixada Dinamarquesa atua como o ponto de contato da embaixada da aliança no Japão e está coordenando com os Estados membros em Tóquio a respeito da colaboração Otan-Japão.

Taksoe-Jensen observou que o cenário geopolítico mudou drasticamente desde que a Otan emitiu seu Conceito Estratégico anterior em 2010.

"Na época, a Rússia era considerada um parceiro em potencial e não havia menção à China. Em 2022, na Cúpula de Madri, os líderes aliados decidiram que a Rússia não era mais um parceiro, mas um inimigo, e que também havia um reconhecimento de que a China aumento teria e poderia ter um impacto na segurança transeuropeia", afirmou.

"É por isso que é importante para a Otan manter relações com nossos parceiros nesta região." O enviado disse que o escritório de ligação também alcançaria outros atores importantes da região, como a Índia e os países da Asean.

Taksoe-Jensen disse que a cooperação Otan-Japão, daqui para frente, se concentrará em desafios que transcendem as regiões, como ameaças cibernéticas, tecnologia disruptiva e atividades de desinformação.

Essa cooperação, apurou o "Nikkei", será formalizada nas próximas semanas, quando a Otan e o Japão lançarão o ITPP para estabelecer a cooperação em áreas como segurança cibernética, desinformação e espaço. Será uma atualização do Programa Individual de Parceria e Cooperação (IPCP) que os dois lados assinaram em 2014.

"Também haverá uma análise da interoperabilidade", disse Taksoe-Jensen, sobre como a Otan e as forças japonesas trabalham juntas em diferentes áreas. Mas ele disse que era "um passo longe demais no momento" considerar os dois lados para reforçar a dissuasão regional juntos.

Michito Tsuruoka, professor associado da Keio University, disse que a guerra na Ucrânia mudou a forma como a Otan vê a China. "Além dos problemas que a China coloca por si só, uma nova dimensão foi adicionada: a da China como apoiadora da Rússia. Isso agora está diretamente relacionado à segurança da Europa."

Stoltenberg mencionou repetidamente o perigo de China e Rússia colaborarem durante sua viagem ao Japão, disse Tsuruoka ao "Nikkei Asia".

Tsuruoka disse que a presença da Otan no Japão teria um significado significativo para o Japão. "Significa que quando a Otan olhar para a Ásia, incluindo a China, o fará através do prisma de Tóquio. Quando o representante enviar informações à sede da Otan, será sempre via Tóquio."

O documento "Conceito Estratégico 2022" expôs como as ambições declaradas e as políticas coercitivas da China representam um "desafio" para a Otan. As "operações híbridas e cibernéticas maliciosas da China, e sua retórica de confronto e desinformação, visam os Aliados e prejudicam a segurança da Aliança", afirmou.

Também levantou as tentativas da China de buscar o controle dos principais setores tecnológicos e industriais, infraestrutura crítica, materiais estratégicos e cadeias de suprimentos, bem como suas ações nos domínios espacial, cibernético e marítimo se esforçam para subverter a ordem internacional baseada em regras. Soou o alarme sobre o aprofundamento da parceria estratégica entre a China e a Rússia.

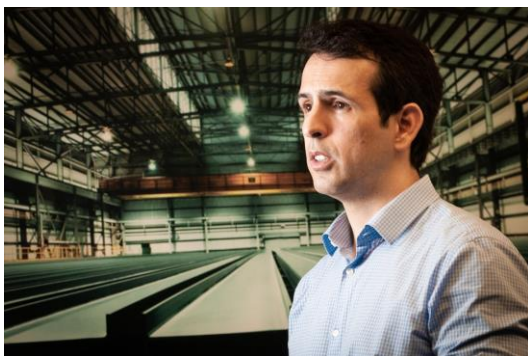
A estratégia também observou: "Fortaleceremos o diálogo e a cooperação com parceiros novos e existentes no Indo-Pacífico para enfrentar desafios inter-regionais e interesses de segurança compartilhados".

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 03/05/2023

GERDAU TEM OPERAÇÃO RESILIENTE NA AMÉRICA DO NORTE, MAS RENTABILIDADE PREOCUPA NO BRASIL

"Demanda não é problema, a questão é como recuperar patamares de rentabilidade que caíram", disse o presidente da companhia, Gustavo Werneck, sobre a operação no Brasil

Por Ana Luiza Tieghi, Valor — São Paulo



Gustavo Werneck, presidente da Gerdau — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

A operação da Gerdau na América do Norte já responde por 53,5% do Ebitda consolidado da companhia e deve ter sustentabilidade dos resultados no longo prazo, segundo Gustavo Werneck, presidente da companhia.

Em entrevista coletiva para comentar os resultados da siderúrgica no primeiro trimestre, nesta quarta-feira (03), o executivo reforçou a "assertividade" de ter a operação na

região e o Brasil como as duas grandes plataformas da companhia.

Werneck afirmou que os pacotes de incentivo anunciados pelo governo americano, como para o setor de infraestrutura e a indústria de chips, ainda não se traduziram em demanda forte, mas devem trazer pedidos adicionais na próxima década. "Acreditamos que em algum momento a economia americana vai ter dificuldade, mas não no curto prazo", afirmou.

Werneck disse ainda que o setor no qual a Gerdau atua na região, de aços longos, tem baixa penetração de importados, demanda crescente e está sem novas plantas previstas.

A própria Gerdau não tem a intenção de investir em novas fábricas ou em aquisições no futuro próximo, de acordo com o executivo. "Existe espaço nas usinas americanas para colocar adicional de capacidade".

No primeiro trimestre, a produção de aço na América do Norte foi de 1,18 milhão de toneladas, queda de 2,3% ante o mesmo período de 2022. As vendas cresceram 0,9% em volume, na mesma comparação.

A operação brasileira, que responde por 24,2% do Ebitda consolidado, teve queda de 17,8% na produção de aço, com 1,25 milhão de toneladas. Por aqui, as vendas caíram 7,7% em um ano, para 1,28 milhão de toneladas.

Para Werneck, a preocupação com a demanda por aço no Brasil está “forte demais”, uma vez que setores como a construção civil ainda estão com bom nível de pedidos. “Demanda não é problema, a questão é como recuperar patamares de rentabilidade que caíram”, disse.

Rafael Japur, vice-presidente executivo de finanças da Gerdau, destacou que o ambiente atual no Brasil não é “nem de terra arrasada, nem de otimismo”. “A economia brasileira talvez seja mais resiliente do que a gente imagina”, afirmou.

Werneck ressaltou, no entanto, a dificuldade para melhorar as margens de exportação da produção nacional, principalmente por causa de tributos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/05/2023



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

GOVERNO OFICIALIZA RETORNO DA EXIGÊNCIA DE VISTO PARA TURISTAS DOS EUA, CANADÁ, AUSTRÁLIA E JAPÃO

Decreto foi publicado nesta quarta-feira (3), e medida passará a valer a partir do dia 1º de outubro. Exigência de visto para os países havia sido retirada em 2019.

Por Wesley Bischoff, g1 — São Paulo



O governo publicou um decreto oficializando o retorno da exigência de visto para turistas dos Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão, nesta quarta-feira (3). A medida passará a valer a partir do dia 1º de outubro deste ano.

Em 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro publicou um decreto dispensando a apresentação de visto para turistas residentes nesses países.

Pela norma que foi revogada, os turistas poderiam permanecer no Brasil por até 180 dias, sem a necessidade de visto, para turismo, negócios, trânsito, atividades artísticas e esportivas ou em situações excepcionais por interesse nacional.

Em março deste ano, o presidente Lula determinou que o Itamaraty voltasse a exigir o documento. A avaliação se deu com base no princípio da reciprocidade, já que turistas brasileiros precisam de visto para visitar esses países.

O blog da Julia Duailibi revelou, em março, que o governo fez um levantamento que identificou que não houve aumento no fluxo de turistas de modo considerável desde que o Brasil parou de exigir vistos para EUA, Canadá, Austrália e Japão.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 03/05/2023

LULA RECEBE FERNÁNDEZ NO PALÁCIO DA ALVORADA PARA DISCUTIR FINANCIAMENTO ÀS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Presidente argentino faz visita ao Brasil em meio a uma forte crise econômica de seu país.
Por Guilherme Mazui, g1 — Brasília



Lula recebe o presidente da Argentina, Alberto Fernández, no Palácio da Alvorada nesta terça-feira (2) — Foto: Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu na tarde desta terça-feira (2), na residência oficial do Palácio da Alvorada, o presidente da Argentina, Alberto Fernández.

Entre os temas previstos do encontro está a situação econômica da Argentina, com a possibilidade de o Brasil acertar linhas de créditos para exportações brasileiras ao país vizinho.

Participam do encontro:

- Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços
- Mauro Vieira, ministro das Relações Exteriores
- Fernando Haddad, ministro da Fazenda
- Gabriel Galípolo, secretário-executivo do Ministério da Fazenda
- Aloizio Mercadante, presidente do BNDES
- Celso Amorim, assessor-chefe da assessoria especial da Presidência

A Argentina é um dos principais parceiros econômicos do Brasil. Em 2021, ficou atrás somente de China e Estados Unidos.

O país governado por Fernández enfrenta uma forte crise na economia. A cotação do dólar tem batido recordes em comparação ao peso, e a inflação bateu 104% ao ano, maior percentual em 30 anos.

Antes do encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, explicou que as linhas de crédito em discussão seriam destinadas a empresas argentinas que compram produtos exportados por companhias brasileiras.

Segundo Haddad, essas linhas de crédito teriam garantias, que poderiam ser executadas no caso de não pagamento pelos compradores de produtos brasileiros.

O auxílio brasileiro é uma das ações que o governo argentino tenta para enfrentar a crise econômica que reflete na força política de Fernández. Recentemente, o presidente argentino anunciou que não irá se candidatar à reeleição.

Lula e Fernández são aliados políticos. Fernández esteve na posse de Lula em 1º de janeiro e visitou o aliado quando o petista estava preso em Curitiba (PR), em razão de uma condenação na Operação Lava Jato.

Em janeiro deste ano, Lula foi a Buenos Aires, em sua primeira viagem internacional como novo presidente do Brasil.

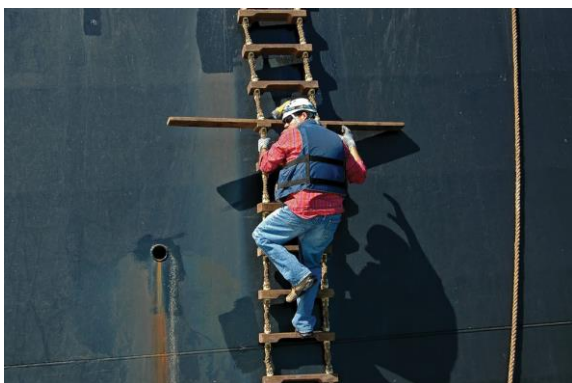
Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP
Data: 03/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

PL QUE REGULAMENTA PRATICAGEM É APROVADO NO SENADO E SEGUE PARA CÂMARA

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03/05/2023 - 13:00



Texto insere na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário parâmetros presentes nas normas da DPC, como escala de rodízio única. Para categoria, proposta aperfeiçoa regulação e traz segurança jurídica

A Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (3), o projeto de lei 877/2022, que regulamenta o serviço de praticagem. Foram 15 votos favoráveis e nenhum contrário. A proposta, de autoria do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), agora segue direto para apreciação da Câmara dos Deputados, por se tratar de um projeto terminativo aprovado por

comissão permanente. O texto acrescenta, na Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (Lei 9.537/1997), parâmetros de funcionamento da atividade presentes nas normas da autoridade marítima para o serviço de praticagem (Normam-12/DPC).

Entre eles, a escala de rodízio única de atendimento aos armadores, estabelecida pela Marinha para garantir a disponibilidade ininterrupta do serviço, evitar a fadiga do prático e assegurar a quantidade mínima de manobras para manter a habilitação. Para a praticagem, ao mesmo tempo, a escala dá autonomia para o prático tomar sempre a decisão mais segura a bordo, sem pressão comercial do armador, que não escolhe quem vai atendê-lo. O sistema atende aos princípios de segurança da resolução A.960 da Organização Marítima Internacional (IMO).

O projeto também insere na lei a obrigatoriedade do serviço para as embarcações com mais de 500 toneladas de arqueação bruta (AB), exceto as previstas em regulamento da autoridade marítima e as classificadas, exclusivamente, para operar na navegação interior com bandeira brasileira — como é o caso dos comboios de balsas que levam a produção do agronegócio pelos rios. Essa exceção, já prevista na Normam-12, foi incluída pelo relator da matéria, senador Weverton Rocha (PDT-MA). De acordo com o texto, a autoridade marítima poderá conceder isenção de praticagem a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira de até 100 metros de comprimento, com pelo menos dois terços da tripulação brasileira.

Procurada pela Portos e Navios, a Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac) lamentou que a possibilidade de habilitar um comandante em um navio de rota doméstica pela costa brasileira esteja limitada a navios de 100 metros. A avaliação da associação é que a medida representa desconhecimento da realidade deste modal. "Desaponta ver que a habilitação do comandante esteja limitada a navios de 100m de comprimento, o que é fora da realidade da navegação brasileira", afirmou o diretor-executivo da Abac, Luis Fernando Resano.

O texto do PL também estabelece que o preço do serviço será livremente negociado entre os tomadores e prestadores, sendo a Marinha do Brasil a autoridade competente por reprimir quaisquer práticas de abusos de poder econômico, conforme preconizado pela Lei 9.537/1997. A ressalva foi mais uma emenda do relator, senador Weverton, que suprimiu o trecho que restringia o acesso ao processo seletivo para praticante de prático a oficiais de náutica e práticos com intenção de mudar de zona de praticagem. Com isso, mantém-se a possibilidade aberta a qualquer pessoa com curso superior e habilitação de mestre-amador.

A proposta legislativa tem como objetivo conferir status legal à regulamentação infralegal da Marinha do Brasil, trazendo mais segurança jurídica e estabilidade regulatória. Para o presidente da Praticagem do Brasil e vice-presidente da Associação Internacional de Práticos Marítimos (IMPA), Ricardo Falcão, o PL 877/2021 é uma boa iniciativa para aperfeiçoar a regulação. "A Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário trata da praticagem de forma muito sucinta. O restante está no decreto que a regulamenta (2.596/1998), mas a parte principal se encontra na Normam-12 da Diretoria de Portos e Costas (DPC), que é infralegal", comentou em nota.

A praticagem avalia que inserir essas normas em lei, com procedimentos mundiais de segurança, evita questionamentos ao poder discricionário da Marinha, empoderando a autoridade marítima. Falcão considera importante que o projeto tenha sido fruto de amplo debate na comissão de infraestrutura, com a participação de diferentes players do setor. Ele destacou que em abril houve um debate promovido pelo senador Weverton (PDT-MA), relator do PL, com representantes de entidades setoriais e de governo.

De forma reservada, alguns contratantes do serviço ouvidos pela reportagem manifestaram desapontamento com a celeridade com que esse PL foi aprovado na CI. "Este PL empodera excessivamente a praticagem, mais do que ela já é empoderada pela Marinha, o que dificulta as negociações", avaliou o representante de um armador que preferiu não ser identificado. A fonte também considera que a possibilidade de regulação econômica ficou inserida no texto de forma vaga, sem esclarecer quem será de fato o regulador.

A Associação Brasileira dos Usuários de Transportes e da Logística (Logística Brasil) vê avanço a partir desta aprovação por entender que o PL pega apenas aquilo que está em normas infralegais e transforma em lei. "São normas da Marinha já consagradas que estão sendo colocadas em Lei, trazendo segurança jurídica à categoria dos práticos e, conseqüentemente, à salvaguarda das vidas humanas e marinhas e ao meio ambiente como um todo", disse o presidente da associação, André de Seixas.

Para Seixas, o PL deixa claro que a regulação econômica da praticagem deve ser feita pela Marinha, e não por intermédio de uma divisão da regulação em que a parte econômica fique com a Antaq e a parte técnica com a Marinha. Ele destacou que o PL também consagra entendimentos do Superior Tribunal de Justiça (STJ), do Supremo Tribunal Federal (STF) e, mais recentemente, do Tribunal de Contas da União (TCU), em dezembro de 2022. A associação considera que o PL trata a questão da praticagem com a devida relevância e acredita que a Marinha tenha um corpo técnico qualificado, com totais condições de fazer uma regulação eficiente. "A Logística Brasil esteve no Senado e defendeu, com afinco, a aprovação do PL, sendo certo que continuará nessa defesa pela sua conversão em lei", afirmou Seixas.

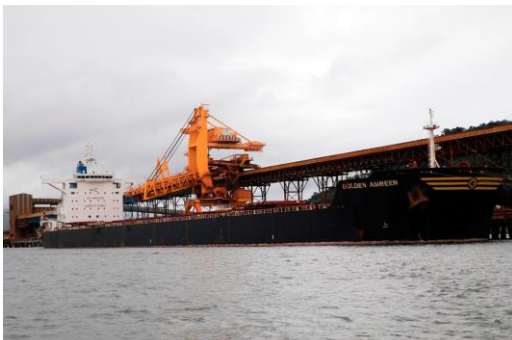
(Em atualização)

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/05/2023

PORTO SUDESTE TEM NOVO CALADO HOMOLOGADO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 02/05/2023 - 19:58



Marca de 18,30m permite que terminal da Ilha da Madeira receba navios tipo Newcastlemax. Aumento da carga pode chegar a 30 mil toneladas por navio

Homologado pela Marinha do Brasil este mês, o calado de acesso ao Porto Sudeste passou de 17,80 para 18,30 metros. O acréscimo de 50 centímetros permite que o porto receba embarcações tipo Newcastlemax, o que pode representar um aumento de carga de até 30 mil toneladas por navio. Um acréscimo que corresponde a cerca de dois trens de 136 vagões.

A embarcação "Golden Amreen", das Ilhas Marshall, fez a estreia da nova marca em 19 de abril e deixou o Porto Sudeste com seis mil toneladas de minério de ferro a mais do que os navios da classe Capesize costumavam sair. As novas condições de navegação garantem mais segurança e redução do tempo de entrada e saída de navios do terminal. Com mais eficiência operacional e melhor custo de frete, o Porto Sudeste amplia sua competitividade no mercado internacional.

“Nosso plano para aumentar o calado começou se tornar realidade quando encontramos uma forma de fazer o corte da rocha com o mínimo de interferência ambiental e nas atividades dos pescadores locais. Investimos em uma técnica inédita, que utilizou fio diamantado para retirada de parte da rocha submersa do canal, sem provocar efeitos inerentes a esse tipo de atividade. A nova marca amplia a nossa competitividade, uma vez que otimiza a utilização do berço, reduz os custos operacionais e melhora o valor do frete. Além disso, com as embarcações em plena capacidade, o número de viagens é reduzido e, conseqüentemente, as emissões de carbono também”, comentou Jayme Nicolato, CEO do Porto Sudeste.

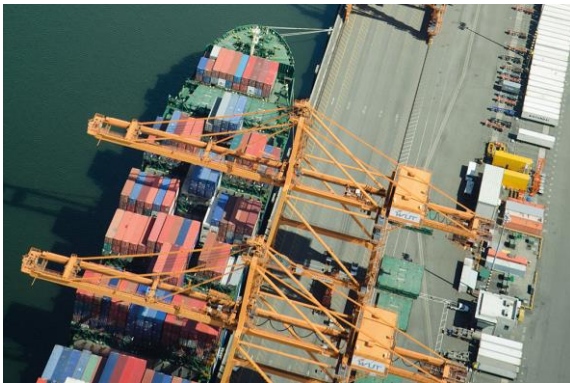
A aprovação do novo calado foi concedida após análise dos levantamentos da batimetria, realizada após a retirada de parte da rocha submersa no canal aquaviário de acesso ao Complexo Portuário de Itaguaí. O processo foi finalizado em 2022. O Porto Sudeste investiu em uma técnica moderna e ambientalmente mais segura de derrocagem, desenvolvida e patenteada pela UMI SAN – Hidrografia e Engenharia. O corte subaquático de rocha com fio diamantado minimiza impactos ambientais e estruturais, uma vez que não utiliza explosivos ou cápsulas expansivas. O método, inédito no mundo, que recebeu dois prêmios — sendo um deles internacional. O projeto foi 100% financiado pelo Porto Sudeste, e beneficia todos os terminais da região.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/05/2023

ARRECADAÇÃO DO AFRMM TOTALIZOU R\$ 897 MILHÕES NO 1º TRIMESTRE

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 02/05/2023 - 19:06



Ministério de Portos e Aeroportos informou que arrecadação líquida, de janeiro a março, somou R\$ 840,9 milhões, 78,6% abaixo dos R\$ 3,9 bilhões registrados nos três primeiros meses do ano passado

Os valores arrecadados no Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) totalizaram R\$ 896 milhões no primeiro trimestre deste ano. O montante ficou 78,4% abaixo dos R\$ 4,1 bilhões recolhidos no mesmo período de 2022. A arrecadação líquida nos três primeiros meses do ano totalizou R\$ 840,9 milhões, 78,6% inferior aos R\$ 3,9 bilhões

registrados no primeiro trimestre do ano passado. As informações constam no relatório trimestral do AFRMM consolidado pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), publicado nesta terça-feira (2).

Os valores líquidos incluem os itens relativos à emenda constitucional 93/2016, que desvincula os 30% das receitas de contribuições sociais, impostos, taxas e multas da União até o final de 2023 (DRU), bem como a parcela que cabe ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) referente aos fundos: Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (3%); do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo – FDEPM (1,5%); e Naval – FN (10,40%). No primeiro trimestre, cada um desses itens (FMM, DRU, FNDCT, FDEPM e FN) teve variação positiva de aproximadamente 52,6% na comparação ano a ano, uma vez que são proporções fixas da arrecadação total.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 075/2023
Página 66 de 67
Data: 03/05/2023
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Arrecadação e destinação do 1º TRIMESTRE de 2023 (01/01/2023 a 31/03/2023)			
Arrec. AFRMM	R\$ 840.944.394,07	FNDCT	R\$ 17.659.832,28
FMM	500.950.575,55	FDEPM	R\$ 8.829.916,13
DRU	252.283.318,22	FN	R\$ 61.220.751,89

Fonte: Diário Oficial da União

O quantitativo de recursos arrecadados ao Fundo da Marinha Mercante (FMM) no 1º trimestre de 2023 foi de R\$ 1,5 bilhão, 58,7% acima dos R\$ 3,7 bilhões no mesmo período do ano passado. De janeiro a março de 2023, foram aplicados R\$ 132 milhões de recursos do FMM, 52% a menos do que os R\$ 277 milhões desembolsados no mesmo período de 2022. Do total no 1T23, R\$ 66,6 milhões foram para financiamento de projetos de embarcações, alta de 16,6%, já que foram financiados R\$ 57 milhões no mesmo período de 2021. Os valores efetivamente repassados pelos agentes financeiros para projetos de estaleiros no primeiro trimestre deste ano totalizaram R\$ 10,9 milhões — não ocorreu repasses nesta rubrica nos três primeiros meses de 2022.

Também como em 2022, não houve nenhum ressarcimento às empresas brasileiras de navegação (EBNs) da parcela (Defom) que lhes cabe do AFRMM. Esses valores correspondem às parcelas que deixaram de ser recolhidas em razão dos casos de não incidência previstas nas leis 9.432/1997 e 10.893/2004. Já o ressarcimento relativo à Receita Federal somou R\$ 54,9 milhões nos três primeiros meses do ano, 75% abaixo dos R\$ 220 milhões de janeiro a março de 2022.

De acordo com o último boletim do MPor (março/2023), com base em dados até o último dia 28/03, a disponibilidade total de recursos no FMM soma R\$ 9,6 bilhões. A pasta esclarece que o saldo após possível transferência de superávit nos termos da EC 109/2021 é da ordem de R\$ 1 bilhão. A arrecadação bruta do AFRMM destinada à "Conta FMM" não incorpora as deduções dos valores referentes aos ressarcimentos às empresas de navegação de que trata o art. 52-A da Lei nº 10.893, de 2004, os valores destinados às contas vinculadas, nem os valores da conta especial. Até o fechamento do boletim, não houve liberação do percentual de desembolso de recursos do FMM para os empréstimos contratados em relação à receita anual primária advinda do AFRMM (arrecadação líquida destinada ao FMM descontada da DRU e dos repasses para os fundos FN, FDEPM e FNDCT) no acumulado até de 2023.

Ressarcimento

Nos últimos meses, as EBNs alertaram o MPor e a Receita Federal (RFB) que recentes alterações no sistema mercante para o ressarcimento do AFRMM criaram retenções adicionais não aplicáveis que dificultaram o processo pela RFB, que operacionaliza o processo, além de impactar a melhor destinação dos recursos que tem o objetivo de beneficiar EBNs e a indústria naval. O problema é sentido tanto por EBNs que operam na cabotagem, quanto na navegação interior.

Somente na cabotagem, existem mais de R\$ 220 milhões a serem recebidos que estão retidos por exigências que necessitam da atuação manual dos auditores da Receita Federal em Manaus (AM) e Belém (PA). A percepção é que muitas dessas exigências se dão por inconsistências entre os sistemas, em especial o 'Mercante' e o sistema desenvolvido pela Receita para analisar os processos. Além disso, elas entendem que muitas dessas exigências não deveriam ser aplicáveis.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 075/2023
Página 67 de 67
Data: 03/05/2023
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS
Data: 03/05/2023